



ACADEMIA MILITAR

As Operações Militares e os *Media* – O Teatro de Operações do Afeganistão

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria Ricardo Jorge Alves Teixeira

Orientador: Professora Doutora Ana Maria C. Romão Leston Bandeira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016



ACADEMIA MILITAR

As Operações Militares e os *Media* – O Teatro de Operações do Afeganistão

Autor: Aspirante a Oficial de Infantaria Ricardo Jorge Alves Teixeira

Orientador: Professora Doutora Ana Maria C. Romão Leston Bandeira

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho de 2016

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmã e família em geral, que, pelo esforço e apoio durante todas as fases da minha formação, são alvo do meu agradecimento e da minha admiração eterna.

À minha segunda família, Curso de Infantaria Brigadeiro General Dom Carlos de Mascarenhas, pois sem vós tudo seria mais difícil.

AGRADECIMENTOS

A realização da presente investigação só foi possível através da importante colaboração e disponibilidade de algumas pessoas e instituições às quais gostaria de endereçar algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento. Agradeço em particular:

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria C. Romão Leston Bandeira, pela disponibilidade manifestada para orientar este trabalho, pela fundamental ajuda na definição do objeto de estudo, pela exigência de método e rigor, pela orientação metodológica, pela revisão crítica de texto, pelos profícuos comentários, esclarecimentos, opiniões e sugestões, pela cedência e aconselhamento de bibliografia pertinente para a temática em estudo, pelos oportunos conselhos, pela cordialidade e simpatia demonstradas, pela confiança que sempre me concedeu e pelo permanente estímulo que foi decisivo para desenvolver este trabalho. A sua orientação foi um pilar fundamental na superação das dificuldades inerentes à elaboração desta investigação. Saliente-se, ainda, que o seu vasto conhecimento na área das ciências sociais, mais concretamente na temática da comunicação social, se revelou uma mais-valia no decorrer da presente investigação.

Ao meu diretor de curso, Tenente-Coronel de Infantaria Oliveira, por toda a disponibilidade e auxílio prestado na obtenção de documentos e de contactos para a realização da investigação. É de destacar a sua constante preocupação com os assuntos relacionados com os Tirocinantes de Infantaria, em especial no que diz respeito à realização do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada.

A todos aqueles que contribuíram para uma melhor compreensão da dimensão do estudo em questão: Major General Branco, Coronel Tirocinado de Infantaria Duarte Costa, Coronel de Infantaria Gomes Leitão, Coronel de Infantaria Marques Cardoso, Coronel de Infantaria Dores Moreira, Tenente-Coronel de Infantaria Pipa de Amorim e Major de Infantaria Lee Chin.

A todos os jornalistas, que abdicaram do seu precioso tempo para me apoiarem na parte prática da investigação através das entrevistas, tornando esta investigação mais produtiva: jornalista Rita Marrafa de Carvalho, jornalista Luís Castro, jornalista Cândida Pinto, jornalista António Mateus, jornalista Adelino Gomes, jornalista Alexandra Coelho e jornalista José Manuel Rosendo.

A todos os entrevistados, pelo tempo e atenção que disponibilizaram para a realização das entrevistas, o meu profundo agradecimento.

À Senhora Paula Fernandes e colaboradoras, pela disponibilidade e apoio que demonstraram quando necessitei de efetuar a pesquisa bibliográfica na biblioteca da Academia Militar.

À Senhora Professora Teresa Pereira, pela sua disponibilidade e ajuda na verificação da escrita, do estilo e da ortografia do trabalho.

À minha família, em especial aos meus pais, a quem devo tudo o que sou hoje, por serem modelos de coragem, pelo seu apoio incondicional e pelo incentivo e paciência. Apesar da distância, sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado em todos os momentos desta árdua caminhada.

A todos os que fizeram parte da minha formação como militar, pois sem a vossa transmissão de conhecimento e o vosso exemplo, seria hoje, certamente, um militar menos capaz.

A todos os camaradas com quem tive o prazer de viver todos estes anos; sem vós, estou certo de que esta caminhada não teria sido tão gratificante. Um reconhecimento muito especial ao Curso de Infantaria Brigadeiro General Dom Carlos de Mascarenhas, pelo apoio incondicional e por todos os momentos que passámos nos campos verdes da Tapada de Mafra.

O mais sincero agradecimento a todos os que deram o seu contributo para que a realização deste trabalho fosse possível, porque tenho a consciência de que sozinho nada disto teria sido possível.

Obrigado.

EPÍGRAFE

I fear three newspapers more than a hundred thousand bayonets.

Napoleão Bonaparte

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado de “*As Operações Militares e os Media – O Teatro de Operações do Afeganistão*”, tem como objetivo geral identificar e descrever as implicações relacionadas com a presença dos jornalistas portugueses no Teatro de Operações do Afeganistão na perspetiva dos militares de infantaria portugueses e dos próprios jornalistas.

Fruto de compromissos de Estado ao nível internacional, o Exército Português tem empenhado forças militares no cumprimento de missões em vários Teatros de Operações. Para que os cidadãos e cidadãs tomem conhecimento da missão das Forças Armadas em Portugal e no mundo, os *media* assumem um papel crucial. É através das instâncias mediáticas que a população adquire noções sobre o trabalho que as suas Forças Armadas desenvolvem nos diversos pontos do globo. Neste sentido, é importante saber como se processa a interação entre militares e jornalistas num Teatro de Operações, sendo esta a problemática em que assenta a presente investigação.

A metodologia implementada adotou uma perspetiva descritiva, procedendo-se a um estudo de caso, focado na participação portuguesa no Afeganistão entre 2002 e 2014, com o intuito de analisar a interação que resultou entre os militares e os jornalistas, com particular ênfase para as implicações.

No que tange aos métodos e técnicas de recolha de dados, utilizámos a análise documental e consultámos fontes documentais para sustentar e enriquecer a investigação. As entrevistas constituem porém a técnica de recolha de informação fundamental, sendo a partir da sua análise que se discutirão as hipóteses levantadas. Visto que se pretendeu abranger a perspetiva de militares e de jornalistas realizaram-se entrevistas a quatro militares que foram comandantes de forças militares no Afeganistão e a cinco jornalistas que estiveram presentes nesse cenário de guerra durante o período em análise.

Os resultados apurados permitem verificar que a incorporação de jornalistas no seio das forças militares e o conseqüente acompanhamento das operações, resultou na adaptação e aplicação de algumas medidas, algo fundamentável pela presença de elementos que não pertenciam à força e que não eram militares.

Conclui-se que a interação entre os militares e os jornalistas no Afeganistão resultou em implicações para ambos. Nomeadamente na segurança, como foi o caso do fornecimento de equipamento de proteção aos jornalistas quando estes não dispunham, a segurança física que os militares garantiram aos jornalistas e a explicação das operações por parte dos militares (*briefings*).

Relativamente ao acesso à informação por parte dos jornalistas, existiu um acordo verbal atinente às condições de acesso e divulgação da informação e existiram também restrições em matérias de importância militar e de natureza sensível, as quais mereceram consenso entre os entrevistados.

Na componente logística, existiram implicações como foram o caso da alimentação, o alojamento, os equipamentos de proteção fornecidos e os cuidados médicos prestados aos jornalistas, contudo foi algo que não comprometeu o cumprimento das diversas missões e tarefas militares.

Nos aspetos relacionais, assinalaram-se casos pontuais de alguma tensão, justificada pelos próprios como resultantes das circunstâncias e da especificidade das missões e objetivos de uns e outros. Porém, é de realçar que a convivência de jornalistas e militares no TO é reveladora de respeito e compreensão pelo trabalho mútuo. Deste modo, pode-se concluir que no plano relacional as implicações da presença de jornalistas contribuem para uma maior conhecimento e sensibilização a respeito do trabalho e das condicionantes a que estão sujeitos militares e jornalistas.

Palavras – Chave: *Media*; Militares; Jornalistas; *Embedded*; Afeganistão.

ABSTRACT

The presented Applied Investigation Essay, entitled “The military Operations and the Media – Theatre of Operations of Afghanistan”, has, as its main objective the identification and description of the implications related to the presence of Portuguese journalists in the Theater of Operations of Afghanistan in the perspective of the Portuguese military infantry as well as the journalists themselves.

Fruit of state compromises in the international level, the Portuguese Army has been employing military forces in the fulfillment of missions in various Theaters of Operations. So that the citizens become aware of the mission of the Armed Forces in Portugal, and in the world, the media take on a crucial role. It is through the media instances that the population acquires notions about the work that their Armed Forces develop in the diverse points of the globe. In this sense, it is important to know how the interaction between journalists and military is processed in a Theatre of Operations, this being the problematic in which the present investigation takes its foundation.

The implemented methodology adopted a descriptive perspective, proceeding to a case study, focused on the Portuguese participation in Afghanistan between 2002 and 2014, in order to analyze the interaction that resulted in the military and journalists, with particular emphasis on the implications.

In what concerns the methods and techniques of data gathering, we used the documental analysis and consulted documental sources to sustain and enrich the investigation. The interviews make up the fundamental tool of information gathering, so that from its analysis the discussion on the hypothesis will take place. Since the perspective of both military and journalists was gathered, four interviews to military personnel, commanders of military forces in Afghanistan and five journalists that were present in this war scenario during the timespan subject to this analysis.

The results attained show that the incorporation of journalists in the midst of the military forces and the subsequent following of operations, resulted in the adaptation and application of some measures, something fundamental by the presence of elements that did not belong to the force and were not military.

It is concluded that the interaction between the military and the journalists in Afghanistan resulted in implications to both sides. Namely in the security, as it was the case of the supply of protection equipment to the journalists when these did not have it, the physical security that the military guarantee to the journalists and the explanation of the operation by the military (briefings).

Relative to the information on the journalist part, a verbal agreement existed relative to the conditions of access and divulgation of the information and also existed restrictions regarding matters of military importance of sensitive nature, which earned consensus among respondents.

In the logistic component there were implications such as the meals, lodging, protection equipment supplied, and the medical care taken by the journalists, but it wasn't something that compromise the fulfillment of the several missions and military tasks.

In relational aspects, if indicated, individual cases of some tension, justified by themselves as a result of the circumstances and specific nature of the missions and one and the other goals. However, it should be noted that the coexistence of journalists and military in TO is revealing of respect and understanding for each other's work. Thus, it can be concluded that the relational plan the implications of the presence of journalists contribute to a greater knowledge and awareness about the work and the conditions to which they are military and journalists subject.

Key – Words: Media; Military; Journalists; *Embedded*; Afghanistan

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
EPÍGRAFE	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE GERAL	ix
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA	5
1.1. - A Participação Portuguesa no Teatro de Operações do Afeganistão	5
1.2. - Os <i>Media</i> e as <i>Media Operations</i>	8
1.3 – A Relação entre os Militares e os <i>Media</i>	11
1.4 – Os Jornalistas no Teatro de Operações – Jornalistas <i>Embedded</i>	14
1.5 – O acesso à Informação no Teatro de Operações	16
1.6 – A segurança dos Jornalistas no Teatro de Operações.....	20
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA	22
2.1. – Método de Abordagem e Modelo de Análise	22
2.2. – Métodos de Procedimento	24
2.3. – Métodos e Técnicas de Recolha de Dados	25

2.4. – Delimitação do Universo	27
CAPÍTULO 3 – TRABALHO DE CAMPO	28
3.1. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão A1	29
3.2. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão A2	30
3.3. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B1	31
3.4. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B2	32
3.5. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B3	33
3.6. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C1	34
3.7. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C2	35
3.8. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C3	36
3.9. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C4	37
3.10. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C5	38
3.11. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C6	39
3.12. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C7	40
CONCLUSÕES.....	42
RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	AP.I
ANEXOS	AN.I

ÍNDICE DE FIGURAS

Apêndices

Figura n.º 1 – Militares portugueses projetados para o TO Afeganistão..... AP.II

Figura n.º 2 – Modelo de Análise AP.III

Anexos

Figura n.º 3 – Resumo das diferenças entre os militares e a imprensa AN.III

Figura n.º 4 – Confiança entre os militares e os media AN.V

Figura n.º 5 – Linhas de orientação no relacionamento com os media AN.VII

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº1 – Perguntas derivadas e hipóteses de investigação formuladas.....	25
Tabela nº2 – Caracterização dos Jornalistas Entrevistados	29
Tabela nº3 – Caracterização dos Militares Entrevistados	29
Tabela nº4 – Análise das respostas à questão A1	30
Tabela nº5 – Análise das respostas à questão A2	31
Tabela nº6 – Análise das respostas à questão B1	32
Tabela nº7 – Análise das respostas à questão B2	33
Tabela nº8 – Análise das respostas à questão B3	34
Tabela nº9 – Análise das respostas à questão C1	35
Tabela nº10 – Análise das respostas à questão C2	36
Tabela nº11 – Análise das respostas à questão C3	37
Tabela nº12 – Análise das respostas à questão C4	38
Tabela nº13 – Análise das respostas à questão C5	39
Tabela nº14 – Análise das respostas à questão C6	41
Tabela nº15 – Análise das respostas à questão C7	42
Tabela nº16 – Codificação alfanumérica da entrevista aos Militares e Jornalistas .	AP.IV
Tabela nº17 – Análise de conteúdo da questão A1	AP.X
Tabela nº18 – Análise de conteúdo da questão A2	AP.XI
Tabela nº19 – Análise das respostas à questão B1	AP.XII
Tabela nº20 – Análise das respostas à questão B2	AP.XIII
Tabela nº21 – Análise das respostas à questão B3	AP.XIII
Tabela nº22 – Análise das respostas à questão C1	AP.XIV
Tabela nº23 – Análise das respostas à questão C2	AP.XV
Tabela nº24 – Análise das respostas à questão C3	AP.XVI
Tabela nº25 – Análise das respostas à questão C4	AP.XVII
Tabela nº26 – Análise das respostas à questão C5	AP.XVIII
Tabela nº27 – Análise das respostas à questão C6	AP.XIX
Tabela nº28 – Análise das respostas à questão C7	AP. XIX

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndices

Apêndice A – Militares portugueses projetados para o TO Afeganistão	AP.II
Apêndice B – Modelo de análise	AP.III
Apêndice C – Codificação alfanumérica das entrevistas	AP. IV
Apêndice D – Modelo base de análise das entrevistas	AP.VI
Apêndice E – Guião de entrevista	AP.VIII
Apêndice F – Análise de conteúdo das respostas	AP.X

Anexos

Anexo A – Modelo de verificação de hipóteses	AN.II
Anexo B – Comparação da missão e objetivos dos militares e da imprensa	AN.III
Anexo C – Código deontológico do jornalista	AN.IV
Anexo D – Confiança entre os militares e os media.....	AN.V
Anexo E – Código de segurança de jornalistas em zonas de conflito e tensão	AN.VI
Anexo F – Linhas de orientação no relacionamento com os media	AN.VII

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AM	Academia Militar
ANA	<i>Afghan National Army</i>
CICV	Comité Internacional da Cruz Vermelha
Cmdts	Comandantes
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
FA	Forças Armadas
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
MO	<i>Media Operations</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Norma de Execução Permanente
OE	Objetivos Específicos
OMLT	<i>Operational Mentor and Liaison Team</i>
PAO	<i>Public Affairs Officer</i>
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
QRF	<i>Quick Reaction Forces</i>
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA), com o título: “As Operações Militares e os *Media* – O Teatro de Operações do Afeganistão”, faz parte das condições para obtenção do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, da Academia Militar (AM).

No que se refere à justificação da escolha do tema, seleccionámos uma temática de investigação que fosse do nosso interesse pessoal e que contribuísse para a formação, uma vez que a presença dos *media* nos Teatros de Operações (TO) é uma constante e representa uma forma de dar a conhecer ao público em geral as missões que as Forças Armadas (FA) portuguesas efetuam em território nacional e em território internacional.

Santos (2000) acentua que na atualidade os jornalistas são uma certeza nos TO. Como consequência da atuação do Exército Português em diversos pontos do globo, é inevitável que qualquer atuação seja inserida em forças multinacionais, onde o relacionamento entre militares e jornalistas é uma constante. Por esse motivo, acreditamos que estudar este fenómeno, com ênfase no estudo de eventuais implicações que daqui tenham resultado, vai permitir obter conhecimento sobre as experiências passadas e com isso adquirir competências para uma futura interação.

A escolha do TO do Afeganistão foi sustentada não só pela curiosidade e gosto pessoal face ao conhecimento deste TO, mas também pela importância que este assume para a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO). Rodrigues (2011, p. 131), indica que “Sendo a missão mais exigente da História da NATO e a primeira vez que o artigo 5^o do Tratado do Atlântico Norte é evocado, o Afeganistão representa um momento único”.

¹ Primeira vez na história da NATO em que foi aplicado o artigo 5.º do Tratado de Washington, o qual refere que um ataque terrorista contra um dos países membros da NATO é considerado um ataque a todos. Para mais informações sobre o Artigo 5.º do tratado fundador da NATO, consultar: <http://www.nato.int/terrorism/five.htm>. Consultado no dia 16 de abril de 2016 pelas 16:40.

No que diz respeito à delimitação do tema de investigação, Sampieri (2003) refere que esta deverá ter lugar em três domínios: tempo, espaço e conteúdo.

A delimitação temporal do nosso objeto de investigação corresponde ao período entre 2002 e 2014, na medida em que a missão da *International Security Assistance Force* (ISAF) no TO Afeganistão (com a participação de Portugal) ocorreu nesta altura. Geograficamente, a investigação está delimitada ao TO Afeganistão. Quanto à delimitação do conteúdo, o enfoque do estudo assenta na análise de implicações que a presença dos jornalistas portugueses no TO do Afeganistão tenha suscitado para os militares de infantaria portugueses.

Usamos aqui o termo “implicações” no sentido dos atos ou efeitos decorrentes da presença dos jornalistas, considerando em particular as seguintes dimensões: a segurança para os jornalistas e para os militares, o acesso à informação por parte dos jornalistas, a componente logística e o próprio relacionamento entre os militares e os jornalistas.

No presente estudo, os nossos objetivos vão assumir um carácter descritivo, esta escolha expõe fundamentalmente uma descrição das implicações que tenham resultado no nosso estudo de caso. Segundo Churchill (1999) os objetivos de investigação descritivos visam descrever um fenómeno (um problema) num determinado período.

O objetivo geral desta investigação consistirá assim em identificar e descrever as implicações relacionadas com a presença dos jornalistas portugueses no TO do Afeganistão (entre o período de 2002 e 2014), na perspetiva dos militares de infantaria portugueses e dos próprios jornalistas.

Os objetivos específicos (OE), que por sua vez foram elencados, desdobram-se nos seguintes:

- OE1: Identificar quais as medidas ao nível da segurança, dos militares e dos jornalistas;
- OE2: Apresentar as orientações que vigoram quanto ao acesso dos jornalistas à informação;
- OE3: Examinar se no plano logístico existiram implicações relacionadas com a presença dos jornalistas na Força;
- OE4: Investigar se existia tensão no relacionamento recíproco entre os militares e os jornalistas.

Em associação ao objetivo geral de investigação e nos termos recomendados por Quivy e Campenhoudt (2008) formulou-se a Questão Central (QC) que guiará o percurso da investigação, e consiste na seguinte: “Atendendo à experiência dos militares de infantaria e dos jornalistas portugueses, que implicações resultam fruto da presença de jornalistas no teatro de operações do Afeganistão?”.

Fruto das dimensões das implicações que enunciámos, resultaram as Questões Derivadas (QD), que visam a delimitação do nosso estudo, dando fundamento e sustentabilidade à QC, de forma a alcançar os objetivos da investigação (Sarmiento, 2013).

Assim, formulámos as seguintes QD:

QD1: Quais as medidas que se verificaram ao nível da segurança, dos militares e jornalistas?

QD2: Que orientações vigoram quanto ao acesso dos jornalistas à informação?

QD3: No plano logístico, houve implicações relacionadas com a presença dos jornalistas na força?

QD4: Existia tensão relacional entre os militares e os jornalistas?

A estrutura do RCFTIA seguiu o modelo de redação vigente na Academia Militar, segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) 520/4ª de 11 de maio de 2015 e a NEP 522/1ª de 20 de janeiro de 2016 vigentes na AM.

Deste modo, a componente textual do relatório estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo, com base na revisão da literatura, faz-se o enquadramento da participação portuguesa no TO do Afeganistão durante o período temporal em análise, definem-se conceitos e abordam-se as teorias atinentes aos *media* e FA.

O segundo capítulo explana a metodologia a utilizar na investigação, e compreende a descrição do Modelo de Análise que sustentou o estudo, o Método de Abordagem privilegiado, os Métodos de Procedimento, os Métodos e Técnicas de Recolha e de Tratamento de dados e por fim fazemos a delimitação do universo de estudo.

No terceiro e último capítulo (Trabalho de Campo), fazemos a apresentação e análise de resultados com base na análise de conteúdo efetuada às entrevistas realizadas, a militares e a jornalistas. Estes resultados serão expostos em tabelas de síntese codificadas segundo os segmentos extraídos da análise de conteúdo. Por fim, fazemos a discussão de resultados.

A terminar apresentam-se as conclusões, procedendo-se à discussão das hipóteses, com base no Modelo de Verificação de Hipóteses². Efetuamos também a resposta às QD e QC, sendo que após isso, fazemos uma reflexão final e algumas recomendações. Enunciamos ainda as limitações inerentes à investigação e fazemos alusão a possíveis investigações futuras.

Nos apêndices, incluímos elementos complementares sobre os contingentes portugueses no TO do Afeganistão durante o período de estudo; esquematizamos o Modelo de Análise, apresentamos o guião das entrevistas, bem como o Modelo Base de Análise das mesmas, incluindo a análise de conteúdo e a codificação alfanumérica aplicada.

Por fim, nos anexos, podemos consultar informação relevante para o primeiro capítulo deste relatório, nomeadamente: o Código Deontológico do Jornalista, o resumo das diferenças entre os militares e os jornalistas, a confiança entre os militares e os media, o Código de Segurança de Jornalistas em Zonas de Conflito e Tensão e linha de orientação no relacionamento com os *media* de 1996. Podemos também encontrar o Modelo de Verificação das Hipóteses que utilizámos na investigação.

² Podemos consultar no Anexo A.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO DA LITERATURA

1.1. - A Participação Portuguesa no Teatro de Operações do Afeganistão

Portugal, como membro integrante de várias organizações internacionais e no domínio dos esforços internacionais para a paz e estabilidade mundiais, é responsável pelo cumprimento dos seus compromissos militares assumidos nas Nações Unidas (NU), na *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), na União Europeia (UE) e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Neste âmbito, a Lei Orgânica n.º 1-A/2009, Artigo 4º, 1, alínea B³, expõe que compete a Portugal “Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”. É com base nesta atribuição que Portugal desenvolve operações militares nos diversos TO.

De acordo com o que vem explanado na Publicação Doutrinária do Exército 3-00 Operações, podemos definir uma operação militar como sendo: “A ação militar necessária para o cumprimento de uma missão estratégica, tática, de serviços, de treino ou administrativa; o processo para atingir os objetivos para cada batalha ou campanha em combate, incluindo movimentos, reabastecimentos, manobras de ataque e defesa (AAP-6). Inclui o planeamento, preparação, execução e avaliação para atingir os objetivos de qualquer empenhamento, batalha, operação de grande envergadura ou campanha” (2010, p. B - 16).

³ Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas. Consultado em: <http://www.emgfa.pt/documents/c43k7t0zbsg5.pdf>, no dia 16 de abril de 2016 pelas 16:40.

Calçada (1998, p. 26) define TO como, “ a parte do teatro de guerra necessária às operações militares, ofensivas, defensivas, de estabilização e de apoio, empreendidas de acordo com uma dada missão, e às tarefas administrativas e logísticas diretamente dela decorrente”. Por conseguinte, o TO é um espaço geográfico que está diretamente relacionado com as operações militares.

O TO do Afeganistão, um terreno inóspito, com relevo bastante acentuado e com um território afastado do mar, limitou bastante a implementação logística, ocorrendo “restrições operacionais às forças no terreno” que condicionaram o empenhamento das unidades militares (Rodrigues, 2011, p. 139).

No passado, como no presente, os TO são “locais férteis para obter notícias e quanto mais ao vivo e a cores melhor “ (Grade, 2007, p. 1). A missão internacional no Afeganistão, sucedendo aos atentados terroristas em solo norte-americano e, como já se disse, considerada por alguns “a missão mais exigente da história da NATO” (Rodrigues 2011, p. 131), reuniu fortes características para incentivar a cobertura mediática.

Retomando muito brevemente o enquadramento da missão e da participação do Exército Português, recorde-se que a ISAF foi criada em 2001 através de um mandato resultante da resolução 1386 de 20 de dezembro de 2001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como tinha sido previsto no Acordo de *Bonn*⁴. O mandato inicial⁵ consistia em apoiar as autoridades afegãs de transição e tinha como principal objetivo a obtenção de um ambiente seguro na região de Cabul, de por forma a garantir o início da reconstrução do Afeganistão. O mandato foi alvo de revisões anuais que refletissem as necessidades reais do TO do Afeganistão.

Em Agosto de 2003, a NATO assumiu a liderança da ISAF e com base no mandato inicial, que limitava a atuação da ISAF à área de Cabul, expandiu o mandato para cobrir toda a extensão território do afegão.

O principal objetivo da NATO no Afeganistão foi permitir que as autoridades nacionais tivessem competências para garantirem a segurança nacional eficazmente em todo o país, de modo a assegurar que o Afeganistão não se tornaria novamente um refúgio seguro para os terroristas⁶. Neste âmbito, entre agosto de 2003 e dezembro de 2014 a ISAF executou

⁴ Disponível em: <http://mfa.gov.af/Content/files/Bonn-agreement.pdf> , acessado no dia 10 de abril de 2016 pelas 11:10.

⁵ Resolução nº 1386 das Nações Unidas de 20 de Dezembro de 2001, disponível em: http://www.nato.int/isaf/topics/mandate/unsr/resolution_1386.pdf , acessado no dia 10 de abril de 2016 pelas 10:15.

⁶ Fonte: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_8189.htm , acessado no dia 10 de abril de 2016 pelas 08:40. Tradução livre do autor.

operações de segurança e ajudou a construir as forças de segurança afegãs. A missão, de que Portugal fez parte, foi pois principalmente de segurança.

Portugal está presente no TO do Afeganistão desde 2002, empenhando cerca de 3200 militares (Consultar Apêndice A) em auxílio da intervenção da NATO, situação particularmente relevante atendendo à dimensão das FA portuguesas. A participação portuguesa acompanhou aquilo que foi a evolução das operações no terreno, a missão da ISAF e as prioridades definidas. Podemos dividir a participação nacional em três fases, embora não estanques, segundo Rodrigues (2011).

Numa primeira fase, Portugal projetou “ Destacamentos da Força Aérea, destinados ao apoio logístico e ao comando e controlo de instalações aéreas” (Rodrigues 2011, p. 140). Em 2002, contribui com uma equipa sanitária de oito elementos e projetou três Destacamentos de C-130⁷. No ano seguinte, Portugal não projetou forças para o TO do Afeganistão. Mas em 2004 “foi retomada a participação de Portugal na ISAF, já sob comando da NATO, com uma equipa de controladores, outra de bombeiros e um destacamento de C-130 da Força Aérea. ”⁸, tendo a missão da primeira fase sido prolongada até 2005.

A segunda fase teve como prioridade o empenhamento do Exército e foram essencialmente disponibilizadas unidades de combate. Esta fase teve início em 2005 com a projeção de um novo tipo de forças as *Quick Reaction Forces* (QRF)⁹ que operaram ininterruptamente durante três anos até 2008 e foram retomadas em 2010, perfazendo um total de sete contingentes. Como menciona Rodrigues (2011, p. 142), “O risco muito elevado neste teatro de operações, e as quase nulas restrições de emprego operacional, deram a esta unidade de Comandos uma missão de elevada responsabilidade no contexto da Coligação, sendo a reserva do Comandante da ISAF”. Neste sentido as necessidades logísticas específicas deste tipo de forças foram um novo desafio para as forças portuguesas.

As QRF nacionais tinham na sua constituição forças do Exército (Comandos e Paraquedistas), mas também integravam sempre elementos das Operações Especiais.

⁷ São contingentes de militares da Força Aérea Portuguesa que operaram aeronaves C-130 no TO do Afeganistão. Esta aeronave estava preparada para aterrar em pistas de dimensões muito reduzidas, de pedra ou de terra.

⁸ Fonte: <http://www.emgfa.pt/documents/nr2tbm1g4pyk.pdf> , acedido no dia 29 de abril de 2016 pelas 11:40.

⁹ É qualquer força que está pronta para responder em prazo muito curto, geralmente menos de quinze minutos. Tradução livre do autor. Fonte: <http://www.globalsecurity.org/military/agency/army/qrf.htm> , acedido no dia 11 de abril de 2016 pelas 08:05.

A terceira fase teve início em 2008, tendo como objetivo a constituição das FA e de forças de segurança afegãs. Portugal projetou fundamentalmente unidades de *Operational Mentor and Liaison Team* (OMLT), que “ desenvolvem actividades de treino, ensino e de *mentoring* em todas as áreas funcionais, em apoio às unidades do Exército do Afeganistão, incluindo na condução de operações” (Garcia, 2008, p.200). Para além da missão exposta, as OMLT serviam também como ligação entre unidades afegãs, forças e organizações internacionais, dentro de todas as necessidades operacionais e logísticas.

De acordo com Rodrigues (2011), a participação portuguesa no Afeganistão foi prioritária para Portugal desde o início, de modo a cumprir os seus compromissos internacionais nomeadamente com a NATO.

No que respeita às Lições Aprendidas¹⁰ da participação de Portugal na ISAF, podemos destacar as dificuldades do canal logístico neste TO, em particular pela quase nula existência de recursos no mercado local e pela difícil manutenção de voos de sustentação.

A transição para a liderança afegã relativamente à segurança iniciou-se em 2011 e foi concluída em dezembro de 2014, aquando do término da missão da ISAF, com os afegãos a assumirem a total responsabilidade pela segurança. Fruto das necessidades atuais do Afeganistão, no dia 1 de janeiro de 2015 foi implementada pela NATO a *Resolute Support Mission*¹¹ com o intuito de dar formação, aconselhamento e assistência às forças de segurança afegãs¹². Portugal participa atualmente com 10 militares¹³ no TO do Afeganistão.

1.2. - Os *Media* e as *Media Operations*

O conceito *media*¹⁴ remete-nos para “ um sistema organizado de produção, circulação e receção de mensagens, baseado em saberes e tecnologias apropriadas por profissionais específicos.” (Pinto, 2002, p. 33).

¹⁰ Podemos Consultar mais algumas Lições Aprendidas do TO do Afeganistão em: Rodrigues, D., (2011) As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão . Nação e Defesa nº130-5ªSéria,146-150.

¹¹ *The Resolute Support mission (RSM) is a new NATO-led mission to train, advise and assist the Afghan security forces and institutions. The mission was launched on 1 January 2015, immediately following the stand-down of the International Security Assistance Force (ISAF)* , disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_04/2016-04-15-RSM-placemat-v2.pdf , acedido no dia 10 de abril de 2016 pelas 11:15.

¹² Tradução livre do autor. Disponível em: http://www.nato.int/cps/in/natohq/topics_113694.htm , acedido no dia 11 de abril de 2016 pelas 09:10.

¹³ De acordo com informação consultada em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/partnac/> , acedido no dia 11 de abril de 2016 pelas 09:25.

¹⁴ Meios de Comunicação Social.

Salin (1997) adianta que os *media* são meios poderosos e amplamente divulgados pelos quais a informação é difundida, por sua vez, Breton (1994) referencia que os *media* são o único lugar onde estão as informações que permitem descodificar os diferentes universos em que evoluímos. Subtil (2006, p.1080), reforça esta ideia ao reiterar que os *media* “atuam como sistema de transmissão de mensagens e símbolos para os cidadãos. A sua função é divertir, entreter e informar, e incutir nos indivíduos os valores, crenças e códigos de comportamento que irão integrá-los nas estruturas institucionais da sociedade.”

Os *media*¹⁵ são portanto, um instrumento que possui grande poder e capacidade de influenciar a opinião pública e também os comportamentos e atitudes da sociedade.

De acordo com o *The International Council on Human Rights Policy*¹⁶ (2008), podemos indicar que os *media* são algo muito abrangente e que estão genericamente relacionados com a apresentação e transmissão de informações por uma multiplicidade de canais (rádio, televisão, imprensa e *Internet*)¹⁷.

No presente RCFTIA sempre que nos referirmos a *media*, estamos a referenciar os indivíduos que juntam e comunicam notícias ao público; também nos referimos aos meios pelos quais a notícia é transmitida: imprensa, rádio, televisão, Internet, vídeo e transmissão televisiva.

O desenvolvimento da tecnologia tem vindo a acompanhar a evolução dos processos comunicacionais e a forma como as pessoas comunicam, o que se tem verificado não só no quotidiano das sociedades, mas também nos TO. Loureiro (2007, p. 21), menciona que “os *media* e os jornalistas têm vindo a ganhar uma posição cada vez mais central no interior dos conflitos” pois estes são capazes de difundir e para todo o mundo aquilo que está a decorrer no TO.

Os *media* são, portanto, um elemento presente no que são as operações militares atuais. Loureiro (2013) expõe que os conflitos armados deixaram de ser ganhos apenas com

¹⁶ O *The International Council on Human Rights Policy* foi fundado em 1994 por um pequeno grupo de defensores dos direitos humanos e académicos, liderado por Philip Alston, Thomas Hammarberg e Margo Picken, para resolver os dilemas e desafios de traduzir princípios e normas de direitos humanos em realidades políticas. (Tradução livre do autor) Fonte: <http://www.ichrp.org/en/history>, acessado no dia 4 de abril de 2016 pelas 21:25.

¹⁷ Tradução livre do autor.

base no poder bélico e com a aniquilação dos seres, a comunicação passou a ser uma das mais importantes armas a ter em consideração através das chamadas guerras de informação¹⁸.

Também Santos (2003) indica que na conjuntura atual os *media* são vistos como um fator influente nas operações militares e devem ser estudados, tal como se faz com o terreno ou as condições meteorológicas, resultando daqui as *Media Operations* (MO). Drăgan (1996) refere que as MO são o tipo de atividades que os *media* realizam para garantir uma informação pública consistente, oportuna, precisa e eficiente.

De acordo com a doutrina da NATO; as MO incluem “*All activities pertaining to managing the interaction with the news media*¹⁹, can refer to the function responsible for such activities, such as the media operations section²⁰.” (*NATO Military Public Affairs Policy*, 2011, p. 31). Ou seja, as MO dizem respeito a todas as atividades relativas à gestão da interação com os *media*. Podemos referir a *Media Operations Section* como responsável por esta função na NATO.

As MO são efetivamente uma atividade desenvolvida para garantir a prestação oportuna, precisa e eficaz (através dos *media*) da informação pública, bem como a implementação de relações públicas dentro do ambiente operacional. O principal objetivo das MO é fornecer (através dos *media*) informações dos factos que estão a decorrer no TO a um determinado número de audiências²¹, de acordo com a *Joint Doctrine Publications* (2007).

Munteanu (2014) defende que as MO são fundamentais para o sucesso de qualquer missão no atual TO, fornecendo uma ligação vital entre as operações militares que estão a decorrer no terreno e a compreensão que existe das operações por parte do público em geral²².

Por outro lado, as MO possibilitam aos decisores militares considerar o público como ator internacional. Estas permitem também potenciar a perceção de um determinado conflito

¹⁸ Corresponde à utilização da informação que apresente aspetos de conflitualidade entre atores de uma sociedade. Fonte: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=401 , acedido no dia 6 de abril de 2016 pelas 09:25.

¹⁹ *News media* –É um termo genérico para muitas formas diferentes de comunicação eletrónica que é tornada possível através do uso de tecnologias baseadas em computadores. (Tradução livre do autor) Fonte: *NATO Military Public Affairs Policy*, disponível em: <http://www.nato.int/ims/docu/mil-pol-pub-affairs-en.pdf> , acedido no dia 6 de abril de 2016 pelas 11:25.

²⁰ *Media Operations Section* – A Secção de Operações de Media é responsável por manter o contato com os meios de comunicação. (Tradução livre do autor) Fonte: <https://www.shape.nato.int/public-affairs-handbook> , acedido no dia 6 de abril de 2016 pelas 11:40.

²¹ Tradução livre do autor.

²² Tradução livre do autor.

internamente e podem influenciar a forma como a discussão de uma operação é conduzida, dentro dos limites da legalidade e da moralidade²³.

1.3 – A Relação entre os Militares e os *Media*

Os militares e os *media*, conhecem-se e trabalham nos TO, estão permanentemente relacionados: o objetivo dos militares é o cumprimento da sua missão: a proteção e defesa, ao passo que os *media* têm como missão, o dever de informar o público.

Da relação entre a missão e objetivos dos militares e da imprensa²⁴, constatamos: a imprensa, procura defender as obrigações perante o público e tem como fim gerar e obter lucro com base nos seus trabalhos, enquanto os militares, pretendem alcançar o sucesso operacional e manter a segurança operacional. Porch (2002) explana que os objetivos entre os militares e os *media* são naturalmente diferentes²⁵.

O resumo das diferenças entre os militares e a imprensa em termos da missão de cada instituição, características e objetivos para cobertura de notícias pode ser consultado no Anexo B. Contudo as diferenças claras entre as missões e objetivos dos *media* e dos militares, focados fundamentalmente em torno de questões como o acesso à informação e a segurança operacional sempre foi foco de tensões históricas no relacionamento de ambos.

Os *media* oferecem aos militares um meio para contar a sua história; portanto, os militares e os *media* têm razões para trabalharem e estarem em permanente contacto: “a guerra no terreno dos militares e a guerra de audiências dos *media* obriga a uma negociação permanente.”²⁶

Na apreciação de Boylan (2011), os militares têm a expectativa que os *media* forneçam informações precisas e caracterizem os fatos no devido contexto. Em troca, facultam o acesso a informações oportunas.

²³ Tradução livre do autor.

²⁴ A Imprensa foi a primeira forma de mediatizar os conteúdos bastava-lhe o seu nome para a distinguir. Todavia, atualmente é mais vulgar designá-la de Imprensa escrita, porque o termo Imprensa começou a caracterizar os *media* que tratam a informação, o que acontece tanto em rádio, como em televisão e nos próprios Jornais. Fonte: <http://www.ipv.pt/forumedia/5/22.htm>, acedido no dia 07 de abril de 2016 às 14:30.

²⁵ Tradução livre do autor.

²⁶ Fonte - http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=38758, acedido no dia 6 de abril de 2016 pelas 11:40.

Porch (2002) referencia que os militares temem que os jornalistas façam prevalecer o sensacionalismo²⁷ no seu trabalho ao invés da verdade, algo que pode causar falhas na segurança, colocar vidas em jogo ou distorcer a opinião pública. Temem, desta forma, que os *media* causem implicações para o desenrolar das operações, acabando por desempenhar um papel que dissolva os valores da instituição. Em contrapartida, os jornalistas consideram a cultura militar fechada e o sigilo militar²⁸ exagerado²⁹. Os jornalistas insistem na sua obrigação profissional e dever constitucional em relatar as notícias, previsto no Código Deontológico do Jornalista, aprovado em 4 de maio de 1993 em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas (consultar Anexo C).

Podemos indicar que sempre existiu uma tensão no relacionamento entre os militares e os *media*, de acordo com Boylan (2011) essa problemática poderá ser justificada pela natureza e os objetivos divergentes entre a instituição militar e os *media*. A instituição militar prefere realizar as suas atividades, por trás de portas fechadas, uma vez que a natureza das suas atividades pode por vezes ser chocante e ferir a sensibilidade do público.

Segundo Boylan (2011), muitos militares, desde os soldados até os oficiais mais antigos, desejam controlar os *media*, algo que poderá gerar tensões nas relações que existem entre as duas entidades.

Steger (1994) argumenta que o sistema militar e o sistema mediático, são duas instituições que, até um determinado ponto são o oposto uma da outra, os militares valorizam a cadeia de comando organizada, a lealdade, o sacrifício e o sigilo, enquanto a imprensa destaca o individualismo, questiona a autoridade e valoriza o ceticismo, a abertura e a procura pela verdade. O autor refere, ainda, que estas duas perspetivas institucionais díspares criam, inevitavelmente, tensão entre os militares e a imprensa.

Na ótica de Pereira (2005, p. 17), a convivência entre jornalistas e militares sempre foi atribulada nos TO: “os jornalistas representam o princípio da abertura, o direito a questionar, o pluralismo. Os militares vivem sob o lema de regras e regulamentos, de disciplinas, de hierarquia, de uma cultura homogénea e fechada – se não algo hostil para os forasteiros”.

²⁷ Sensacionalismo é o nome dado a um tipo de postura editorial adotada, regular ou casualmente, por determinados meios de comunicação, caracterizando-se pelo uso exagerado de determinadas expressões que, por vezes, não são as mais corretas por quem expôs os factos. Fonte: <http://wwparkour.do.sapo.pt/teoriasescritopdf.pdf>, acessado no dia 5 de abril de 2016 pelas 22:50.

²⁸ O dever de Sigilo está consignado na Lei Orgânica n.º 2/2009 de 22 de julho, no Artigo 21. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/documents/mv7njr0kyp8.pdf>, acessado no dia 7 de abril de 2016 pelas 12:50.

²⁹ Tradução livre do autor.

Paul & Kim (2004, p. 26) reiteram que a tensão entre os militares e os *media* sempre existiu e que provavelmente sempre existirá: “*The press and the military do indeed have very different natures and goals, and these differences have historically resulted in tension and seem likely to continue to do so in the future.*”. Contudo Aukofer & Lawrence (1995, p. 7) defendem que “*The relation-ship between the military and the news media has progressively improved*”.

Com efeito, a relação entre os militares e os *media* parece ter vindo a melhorar progressivamente. De acordo com Machado e Carvalho (2004), a cobertura noticiosa da missão das forças nacionais nas operações que executam tem ocorrido de um modo equilibrado, seja em periodicidade seja em qualidade, o que permite constatar que existiu uma evolução positiva no relacionamento entre os jornalistas e os militares em operações.

Na verdade, “as relações entre os militares e os OCS nem sempre são pacíficas. No entanto, militares, jornalistas e políticos têm conseguido encontrar pontes que permitem a qualquer uma das partes desempenhar as suas funções.”³⁰.

Paul e Kim (2004) referem que o acesso à informação por parte dos *media* é fundamental para cumprir a sua missão. No que se reporta à missão dos militares, também é garantir que a segurança operacional não é colocada em causa com o livre acesso dos *media* a determinados acontecimentos³¹. As tentativas feitas pelos militares para negar o acesso à informação são frequentemente o resultado de conflitos entre as instituições e as suas respetivas missões.

Do ponto de vista militar, a preocupação com as operações e a segurança é mais importante do que o acesso imediato dos *media* a determinados acontecimentos. Por sua vez, do ponto de vista dos *media*, a negação do acesso imediato aos acontecimentos em algumas situações é interpretada como uma tentativa de os militares impedirem os *media* de cumprir a sua missão.

No que diz respeito à confiança que existe entre os militares e os *media*, com base num estudo efetuado por Aukofer & Lawrence (Consultar Anexo D), podemos indicar que existe confiança dos *media* (nomeadamente os jornalistas) nos militares e que os militares possuem algum grau de confiança nos *media*, contudo, a relação de confiança que existe deverá aumentar e ser potenciada por ambas as partes, na convivência e cumprimento das diferentes missões nos TO. Begonha (1993) refere que para aumentar a confiança de ambas

³⁰ Fonte: http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=38758 , acedido no dia 7 de abril de 2016, pelas 18:30.

³¹ Tradução livre do autor.

as partes é fundamental o diálogo entre os militares e os *media*, e devem também ser adotadas medidas para fomentar um clima de confiança e diálogo entre ambos.

Relativamente aos *media* podem ser adotadas várias medidas, tais como: melhorar a formação dos jornalistas; reconhecer a importância da defesa nacional, a interpretação e a difusão correta das informações; apostar na especialização de profissionais na vertente de defesa nacional e vertente militar; e designar jornalistas para participarem em ações comuns com os militares (Begonha, 1993).

Analogamente, Begonha (1993) mostra que existe necessidade de repensar as estruturas militares. Para conferir capacidade para conceber e executar um plano adequado de relacionamento entre os militares e os *media*, devem também ser introduzidas matérias de comunicação social para que seja possível o preenchimento dos departamentos de Informação e Relações Públicas, a promoção de encontros entre militares e jornalistas e a distribuição de artigos relativos a matérias militares.

1.4 – Os Jornalistas no Teatro de Operações – Jornalistas *Embedded*

De acordo com o Artigo 1.º da Lei n.º 1/99, de 01 de Janeiro, são considerados jornalistas aqueles que: “Como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio eletrónico de difusão.”³².

Com base no Artigo 79.º do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais³³, “Os jornalistas que cumprem missões profissionais perigosas em zonas de conflito armado serão considerados pessoas civis nos termos do artigo 50.º, n.º 1³⁴.”.

Durante a participação portuguesa na ISAF, no TO do Afeganistão, existiam jornalistas que estavam *embedded* e jornalistas que não estavam *embedded*, fruto do

³² Fonte: Lei do Estatuto dos Jornalistas, disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/JCA_MA_21299.pdf, acessado no dia 7 de abril de 2016, pelas 21:30.

³³ Pode ser consultado em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dih-prot-i-conv-genebra-12-08-1949.html>, acessado no dia 14 de abril de 2016, pelas 21:30.

³⁴ O Artigo 50 remete para a definição de pessoas civis e de população civil.

estatuto que possuíam para relatar os acontecimentos que estavam a decorrer. O termo *embedded*, teve a sua origem com a intervenção militar dos Estados Unidos da América ao Iraque em março de 2003 – *Iraqi Freedom Operation*³⁵.

Loureiro (2013) salienta que o conceito *embedded*, surgiu em 2003 aquando dos preparativos para a invasão do Iraque. A Casa Branca e o Pentágono comunicaram que a Guerra do Iraque, ao contrário do que se tinha sucedido em guerras anteriores, ia ser acompanhada e coberta pelos *media*, originando o conceito de *embedded journalists*.

De acordo com o *Longman Dictionary of Contemporary English* (2016)³⁶, podemos definir um jornalista *embedded* como um jornalista que fica com a unidade militar durante a guerra, a fim de reportar em direto o conflito.

Por sua vez, Villarreal (2005) define jornalista *embedded* como qualquer jornalista contratualmente registado no Departamento de Defesa para viajar e acompanhar as unidades militares durante o decorrer das operações de combate, com a finalidade de relatar as experiências em primeira mão. As forças militares devem garantir o acesso às operações, a hospedagem, a alimentação, o transporte e a segurança dos jornalistas. Contudo, os jornalistas concordam em respeitar regras básicas que estipulam a conduta que devem assumir durante o desenrolar das operações³⁷.

As condições adstritas ao trabalho de reportagem *embedded* têm suscitado experiências e apreciações diferentes. Por exemplo, Carvalho (2003) refere que a possibilidade de acompanhar as operações militares e relatar os combates em direto passa pelos jornalistas terem de concordar e aceitar uma lista de medidas, regras e restrições que os pode impedir de relatar determinados factos.

Já na perspetiva de Villarreal (2005), a experiência do jornalismo *embedded* pretende ser positiva para os militares e para os *media*. Para que tal ocorra, segundo o mesmo autor, é necessário que entre o comandante da unidade militar e os jornalistas se estabeleçam relações de confiança. E, nesta ótica, é fundamental que os jornalistas obtenham informação pertinente para que as reportagens sejam precisas e verdadeiras, de forma a manter e garantir o apoio do público durante as operações³⁸.

³⁵ Para saber mais sobre esta Operação, consultar : Operation Iraqi Freedom: Strategies, Approaches, Results, and Issues for Congress, disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL34387.pdf> , acedido no dia 14 de abril de 2016, pelas 17:50.

³⁶ Podemos consultar em: <http://www.ldoceonline.com/dictionary/embedded-journalist> , acedido no dia 14 de abril de 2016, pelas 18:47.

³⁷ Tradução livre do autor.

³⁸ Tradução livre do autor.

O jornalismo *embedded* implica um maior controlo de movimentos, uma vez que o profissional dos *media* se encontra inserido na força militar e tem de aceitar um conjunto de regras para incorporar a força, bem como um termo de responsabilidade. As regras que vigoram no TO do Afeganistão para a incorporação constituem um exemplo: nas *ISAF Media Ground Rules*³⁹, estão consignadas algumas regras básicas que os jornalistas devem respeitar. Os jornalistas devem também assinar um documento, onde se comprometem a respeitar as regras enunciadas antes de lhes ser reconhecido o estatuto *embedded*. A violação das regras pode resultar na rescisão imediata do estatuto *embedded*, a revogação das credencias de imprensa bem como a ordem para sair do TO.

Em suma, como bem sintetiza Loureiro (2013), a principal diferença entre o jornalista *not embedded* e o *embedded*, é que o *not embedded* cobre histórias e acontecimentos mais variados. Isto acontece porque possui maior liberdade de movimentos, não está inserido em nenhuma força militar, faz relatos sobre civis, difunde imagens de feridos e escreve sobre a reconstrução do pós-guerra, aspetos que não fazem parte da cobertura efetuada pelo *jornalista embedded*.

Estejam ou não *embededd* os *media* assumem o papel fundamental de fazer chegar a informação ao público. E assim, são também um elemento essencial para o comandante comunicar com o público nacional e internacional e até com as famílias dos militares.

1.5 – O acesso à Informação no Teatro de Operações

No mundo atual onde vivemos, de imediato acesso à informação, a sociedade exige constantes atualizações sobre tudo aquilo que está a acontecer no seu território e nas suas fronteiras, especialmente em tempo de guerra. Cumpre aos jornalistas fazer essa mediação entre os acontecimentos e o público.

³⁹ Podemos consultar as *ISAF Media Ground Rules* em : <http://www.rs.nato.int/images/stories/File/140124-ISAF%20Media%20Ground%20Rules.pdf> , acedido no dia 14 de abril de 2016, pelas 21:15.

Por conseguinte, para fazer face a esta situação o Artigo 6.º da Lei n.º 1/99, de 01 de janeiro, constituem-se como direitos fundamentais dos jornalistas os seguintes: “a) A liberdade de expressão e de criação; b) A liberdade de acesso às fontes de informação; c) A garantia de sigilo profissional; d) A garantia de independência; e) A participação na orientação do respetivo órgão de informação⁴⁰.” Fica subjacente pela base legal que os jornalistas devem, de fato ter acesso às fontes de informação.

O acesso à informação em tempo oportuno sobre os acontecimentos no TO é crucial para os jornalistas, para os comandantes (Cmdts) e para o público. Mesmo não estando diretamente envolvido nos acontecimentos, o público tem sempre especial interesse em receber atualizações dos acontecimentos.

Deste modo, os *media* “como modeladores de perceções e influenciadores da opinião pública, fazem parte da ligação ente a Instituição militar e o público, daqui a necessidade das relações públicas entre as duas entidades e de uma política de informação pública” (Quaresma, 2009, pp. 30-31).

Porém, mesmo havendo consenso sobre a importância e inevitabilidade de manter o público informado, a extensa bibliografia sobre as relações entre *media* e FA ilustra alguns conflitos, muito derivado dos diferentes sistemas culturais e da especificidade das missões. Aukofer & Lawrence (1995) referem que a principal área em que se verifica o conflito entre as culturas dos militares e dos *media* se reporta à questão da segurança da informação⁴¹. Tais conflitos ou simples divergências não são porém insuperáveis, estando as boas soluções na intercompreensão de uns em relação aos outros, como bem sistematiza English (1998, p. 268): “*The optimum solution to ensure proper coverage of military operations is to have the military — represented by competent, professional public affairs personnel and commanders who understand media problems — working with the media — represented by competent, professional reporters and editors who understand military problems — in a non-antagonistic atmosphere*”.

No TO do Afeganistão, por exemplo, Paul & Kim (2004) referem que os *media* faziam pressão para ter acesso às operações, fruto da dificuldade que eles sentiam em cobrir as operações especiais. Existiram mesmo relatos de queixas sobre as restrições de acesso⁴².

⁴⁰ Fonte: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/JCA_MA_21299.pdf, acessado no dia 17 de abril de 2016, pelas 14:15.

⁴¹ Tradução livre do autor.

⁴² Tradução livre do autor.

O acesso à informação no TO está diretamente correlacionado com o TO em questão e com a organização internacional que tem a responsabilidade pelas operações nesse mesmo TO. No caso em particular do Afeganistão, essa responsabilidade é da NATO, e tudo aquilo que respeita a matérias de acesso à informação no TO está regulamentado e assenta na doutrina da NATO.

De acordo com Quaresma (2009), ao nível da NATO existem dois documentos que enquadram a política de relações públicas (a sua aplicabilidade deve abranger todo o pessoal sobre o comando da NATO e serve como linha orientadora para todas as entidades que trabalhem em apoio das autoridades militares da NATO): A Diretiva do ACO 95-1, de 23 de maio de 2008 que se destina a forças e quartéis gerais sob o comando da NATO; e o *Public Affairs Handbook*⁴³, manual que sustenta fundamentalmente a forma como conduzir as funções de relações públicas no relacionamento com os *media*, a comunicação interna e as relações com a comunidade.

Com base na *NATO Military Public Affairs Policy*⁴⁴, que define e regula todas as atividades que contemplam o relacionamento com os *media* nos TO, fica reforçada a ideia de que os Cmdts, através dos seus *Public Affairs Officer (PAO)*⁴⁵, devem estar preparados para por exemplo: responder a perguntas dos *media*, emitir declarações, realizar briefings e conceder entrevistas, providenciar o acesso às atividades das unidades operacionais e distribuir informações, incluindo imagens (tudo com o intuito de desenvolver e fomentar as relações com os *media*).

De acordo com aquilo a doutrina dos Estados Unidos da América: *Fiel Manual 3-61.1- Public Affairs Tactics, Techniques and Procedures*, um fator fundamental para o sucesso da missão dos PAO é a logística. “*Commanders must ensure their Joint Table of Allowances (JTA), Modified Table of Equipment (MTOE), Table of Distribution and Allowances (TDA) or Common Table of Allowances (CTA) reflects appropriate equipment levels to maintain a PA staff and media support under field and garrison conditions*” (2000 , p. 3-1).

⁴³ Fonte: https://www.shape.nato.int/systems/file_download.ashx?pg=11754&ver=2 , acessido no dia 17 de abril de 2016 pelas 15:15.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.nato.int/ims/docu/mil-pol-pub-affairs-en.pdf> , acessido no dia 17 de abril de 2016 pelas 15:45.

⁴⁵ Oficial de Relações Públicas – “A person trained and qualified to practice public affairs. In NATO, a person posted or hired into a position established as a PAO or a PA Advisor.” *NATO Military Public Affairs Policy* (2011,p.33).

Em concordância com a Estratégia de Comunicação da NATO ⁴⁶, a ISAF implementou uma Estratégia de Comunicação em apoio à missão no Afeganistão⁴⁷, a qual define as ideias chave das comunicações a longo prazo no TO do Afeganistão, pelo que as forças da NATO projetadas neste TO devem seguir as mesmas, tendo em vista a definição de um esforço de comunicação coordenado e coerente⁴⁸.

O documento *ISAF Media Ground Rules*, define uma série de regras básicas que os *media* devem respeitar nos TO. Podemos destacar o acesso à informação, onde está claramente explícito o tipo de situações que os *media* podem reportar ou não e a que informação podem ter acesso, bem como o que podem fotografar, entre outro tipo de procedimentos que fazem parte do quotidiano dos jornalistas no TO.

Por conseguinte, o acesso à informação no TO do Afeganistão está fundamentalmente sustentado pela doutrina NATO e pelas *ISAF Media Ground Rules*, que devem ser respeitadas por todas as forças que constituem a ISAF. As *Ground Rules* devem ser adaptadas e aplicadas nas mais diversas situações. Elas contemplam nomeadamente a forma de operar e as respetivas restrições aplicadas aos jornalistas presentes nos TO.

Ao nível da doutrina da NATO existem também as Regras de Empenhamento. Estas consistem em diretivas para as forças militares que definem as circunstâncias, as condições, o grau e modo de emprego da força (Hegedüs, 2010, p. 254).

Mais diretamente relacionadas com a problemáticas desta investigação, salienta-se, no caso de Portugal, as Medidas de Precaução, de que são exemplo as linhas de orientação no relacionamento com os *media*⁴⁹, distribuídas aos militares projetados para os diversos TO pelos Cmdts da força. Estas visam sustentar aquilo que é a Política de Informação Pública que a força implementa no TO.

⁴⁶ Podemos consultar o site oficial em: <http://www.stratcomcoe.org/about-us>, acessado no dia 17 de abril de 2016 pelas 16:25.

⁴⁷ Podemos consultar o documento relativo ao ano de 2011 em: <https://info.publicintelligence.net/NATO-STRATCOM-Afghanistan.pdf>, , acessado no dia 17 de abril de 2016 pelas 17:35.

⁴⁸ Fonte: <https://info.publicintelligence.net/NATO-STRATCOM-Afghanistan.pdf>, página número 2.

⁴⁹ O Anexo F ilustra as linhas de orientação nas relações como os *media* de 1996

1.6 – A segurança dos Jornalistas no Teatro de Operações

“Cobrir uma guerra significa ir para lugares rasgados pelo caos, destruição e morte, e tentando dar testemunho. Isso significa tentar encontrar a verdade em uma tempestade de areia da propaganda quando os exércitos, tribos ou terroristas chocam. E sim, isso significa assumir riscos, não apenas para si mesmo, mas muitas vezes para as pessoas que trabalham consigo”⁵⁰.

As palavras transcritas são de Marie Colvin uma experiente correspondente de guerra que foi morta durante uma reportagem que efetuava na Síria.

De acordo com dados do Comité de Proteção dos Jornalistas⁵¹, desde 1992 até à atualidade no Afeganistão morreram 27 jornalistas⁵². Desde 1992, morreram em todo o mundo 1188 jornalistas⁵³, números que vêm reforçar a preocupação pelas questões da segurança e proteção dos jornalistas nos TO e em cenários de guerra.

No que se refere à protecção e segurança dos jornalistas, e à luz do direito internacional humanitário, existem disposições específicas na legislação internacional para proteger os jornalistas durante os conflitos armados. Podemos destacar o Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais⁵⁴, nomeadamente o artigo 79 que enuncia medidas de proteção aos jornalistas. Este artigo prevê que os jornalistas estão qualificados para possuírem todos os direitos e proteções que os civis possuem durante conflitos armados. As violações desta regra constituem graves violações às Convenções de Genebra e ao Protocolo Adicional I.

A Resolução 2222⁵⁵ aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 27 de maio de 2015, veio reforçar que todas as partes em conflito armado têm a obrigação de respeitar aqueles que trabalham nos meios de comunicação e de os proteger.

⁵⁰ Tradução livre do autor. Fonte: <http://www.pen-international.org/newsitems/pen-pays-tribute-to-marie-colvin-remi-ochlik-and-ramy-al-sayed-journalists-killed-in-syria/?print=print>, acessado no dia 17 de abril de 2016 pelas 19:30.

⁵¹ Fonte: <https://cpj.org/killed/asia/afghanistan/>, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 12:58.

⁵² Fonte: <https://cpj.org/killed/>, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 15:25.

⁵⁴ Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>, , acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 16:45.

⁵⁵ Disponível em: https://www.reporter-ohne-grenzen.de/fileadmin/Redaktion/Nothilfe/Sicherheit_von_Journalisten/150527_UN_Security_Council_Resolution_2222.pdf, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 16:55.

A Resolução 69/185⁵⁶, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 18 de dezembro de 2014 (sobre a segurança dos jornalistas e a questão da impunidade, que posteriormente veio resultar no Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade⁵⁷) tem o objetivo de criar um ambiente livre e seguro para os jornalistas, tanto em situações de conflito como em situações não conflituosas, tendo em vista o fortalecimento mundial da paz, da democracia e do desenvolvimento.

No que diz respeito ao enquadramento jurídico referenciado, Robin Geiss, consultor jurídico do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) considera que as leis garantem uma proteção suficiente e adequada aos profissionais dos *media*, pelo que a “deficiência mais grave não é a falta de regras, mas não implementar as regras existentes e deixar de investigar, processar e punir sistematicamente as violações.”⁵⁸.

Estando no campo de batalha, os profissionais dos *media* estão inevitavelmente expostos aos perigos inerentes e muitas vezes, as organizações e forças militares pouco podem fazer para evitar as baixas nos TO, ocorrendo situações inevitáveis como acidentes por exemplo. Contudo, existem medidas que os jornalistas e as suas organizações podem adotar para minimizar os riscos (Carvalho, 2003). A título de exemplo podemos destacar o *International Code of Practice for the Safe Conduct of Journalism*⁵⁹, ou ainda o Código de Segurança de Jornalistas em Zonas de Conflito e Tensão (Consultar no Anexo E).

No que se relaciona às medidas de segurança praticadas no TO do Afeganistão, estas estão consignadas na *ISAF Media Ground Rules*, onde se pode verificar que aos *media* que acompanham as forças militares é atribuída a responsabilidade de usar equipamentos de proteção pessoal (capacete e colete com proteção balística), de referir que o vestuário e equipamento dos *media* contudo não deve estar camuflado. Os *media* incorporados são de igual forma responsáveis pelo seu próprio equipamento pessoal e profissional, como por exemplo as baterias, cabos, transformadores e equipamentos de proteção individual. Cada membro dos *media* é também responsável por transportar o seu próprio equipamento.

⁵⁶Disponível em: https://www.reporter-ohne-grenzen.de/fileadmin/Redaktion/Nothilfe/Sicherheit_von_Journalisten/141218_UN_General_Assembly_Resolution_69-185.pdf, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 17:35.

⁵⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/04/plano-de-acao-seguranc3a7a-dos-jornalistas-onu.pdf>, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 17:55.

⁵⁸Fonte: <https://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/protection-journalists-interview-270710.htm>, acessado no dia 18 de abril de 2016 pelas 18:15.

⁵⁹ Disponível em: http://digi.library.tu.ac.th/thesis/la/1180/25APPENDIX_11.pdf, acessado no dia 19 de abril de 2016 pelas 22:15.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

O segundo capítulo visa descrever e enquadrar os procedimentos metodológicos adotados na presente investigação.

Por metodologia, entende-se a descrição “dos métodos, das técnicas, dos instrumentos de pesquisa, dos materiais e dos equipamentos no trabalho” (Sarmiento, 2013, p. 208).

Marconi & Lakatos (2003, p. 221) referem que a metodologia “abrange o maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões como? com quê? onde? quanto? Corresponde aos seguintes componentes: Método de Abordagem, Métodos de Procedimentos, Técnicas e Delimitação do Universo”.

Relativamente ao procedimento adotado, este corresponde à forma de progredir em direção a um objetivo, ou seja, à descrição dos princípios fundamentais postos em prática na investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Neste sentido, apresenta-se o método de abordagem da investigação bem como o modelo de análise que vamos seguir, os métodos de procedimentos, os métodos e técnicas de recolha de dados e por fim enunciamos a delimitação do universo.

2.1. – Método de Abordagem e Modelo de Análise

Seguindo Graziano & Raulin (1989) podemos dizer que a investigação é um processo de pesquisa onde se procura colocar uma questão e proceder sistematicamente à recolha, análise, interpretação e comunicação da informação necessária para responder à questão levantada no início a investigação.

A concretização desse processo implica escolhas quanto ao método. A palavra método derivou do termo grego *methodos*, que significa o caminho para chegar a um fim. Podemos definir o método de abordagem como o conjunto de procedimentos que compõem uma investigação e constitui um plano de trabalho em função de um determinado objetivo.

Freixo (2011) refere os métodos indutivo, dedutivo e hipotético-dedutivo, correspondem às formas de raciocínio que podem ser adotadas durante a investigação. É importante a definição do método de abordagem que vamos utilizar por forma a elucidar o percurso de investigação que vamos percorrer até atingirmos o objetivo proposto.

Na presente investigação optámos pelo método hipotético-dedutivo, como se explica a seguir. Sarmiento (2013) refere que o método hipotético-dedutivo é válido, uma vez que fundamentamos hipóteses através da reunião de observações, factos e ideias que visam explicar fenómenos.

O método hipotético-dedutivo foi proposto por Karl Popper⁶⁰ e, de acordo com Sarmiento, (2013, p. 9), inicia com “um problema ou conjeturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos (...) não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado”

No presente subcapítulo temos também a intenção de apresentar o modelo de análise⁶¹ da corrente investigação.

Conforme referenciado na introdução, a QC a que se procura responder é a seguinte:

“Atendendo à experiência dos militares de infantaria e dos jornalistas portugueses, que implicações resultam fruto da presença de jornalistas no teatro de operações do Afeganistão?”.

Tendo em consideração a QC enunciada, formulámos as QD com o intuito de aprofundar a QC e de definir as dimensões inerentes à mesma. Posteriormente, para cada QD foram formuladas hipóteses de investigação que, segundo Huot (2002), são uma resposta temporária/provisória que o investigador propõe para a interrogação formulada a partir de um problema de investigação.

Sendo as hipóteses respostas provisórias, carecem de ser confrontadas com os dados empíricos ou outros, para assim se verificar a sua confirmação ou refutação. Para esse efeito, vamos utilizar o modelo de verificação de hipóteses enunciado por Sarmiento (2013)⁶² para confirmar quais aquelas que são válidas (ou seja, aquelas em que não há razões para refutação).

⁶⁰ A sua bibliografia pode ser consultada em: http://www.e-biografias.net/karl_popper/, acedido no dia 25 de abril de 2016, pelas 21:30.

⁶¹ Consultar o Modelo de Análise no Apêndice B.

⁶² Pode ser consultada no Anexo F.

A correspondência entre as QD e as respetivas hipóteses de investigação pode ser consultada na Tabela n.º1:

Tabela n.º1 – Perguntas derivadas e hipóteses de investigação formuladas

Pergunta Derivada	Hipóteses
1 – Quais as medidas que se verificaram ao nível da segurança dos militares e jornalistas?	1. Os jornalistas utilizavam equipamentos de proteção, fornecidos pelos militares quando não os possuíam.
	2. Os jornalistas recebiam orientações específicas dos militares.
2 – Que orientações vigoraram quanto ao acesso dos jornalistas à informação?	3. Havia orientações que regulavam o acesso à informação fornecida aos jornalistas.
3 - No plano logístico, houve implicações relacionadas com a presença dos jornalistas na força?	4. A presença dos jornalistas, no caso dos jornalistas <i>embedded</i> , teve implicações na força.
4 - Existia tensão relacional entre os militares e os jornalistas?	5. Os militares e os jornalistas admitem que existia tensão no relacionamento recíproco.

Por fim, e de modo a cumprir os objetivos e responder às questões formuladas, propomos um estudo de natureza descritiva, com base no tipo de abordagem qualitativa, que é “utilizada frequentemente em muitas áreas das ciências sociais, a estratégia quantitativa é aquela que tem um carácter mais universal” (Santos et al., 2014, p. 95).

2.2. – Métodos de Procedimento

Na presente investigação, optámos pelo recurso ao estudo de caso, caracterizado por, Gil (2008, pp. 57-58) como o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Santos et al.(2014, p. 25) referem que “O estudo de caso consiste num procedimento metodológico através do qual o investigador procura recolher informação detalhada sobre uma única unidade de estudo, podendo essa unidade ser o indivíduo, a comunidade ou até mesmo a nação”.

O estudo de caso que efetuámos, centra-se na participação portuguesa na ISAF (2002 a 2014) e os objetos de estudo são os militares de infantaria e os jornalistas portugueses presentes no TO do Afeganistão durante o período referenciado.

Para o efeito, será elaborada uma análise da interação entre militares e jornalistas, com particular ênfase nas implicações daí decorrentes, por forma a sustentar a análise, vamos efetuar uma auscultação da experiência e pontos de vista dos militares e dos jornalistas.

2.3. – Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

No que toca à recolha de dados, usámos técnicas documentais e não documentais. Sousa e Baptista (2011, pp. 88-89) indicam que a análise documental, “se constitui como uma técnica de investigação em que o trabalho se centra na recolha de fontes documentais onde se encontram registados princípios, objetivos e metas”. Foi particularmente útil neste aspeto o recurso e análise de documentos oficiais, designadamente os publicados pela NATO.

As técnicas não documentais também serão utilizadas neste trabalho, nomeadamente a observação não participante, através da qual vamos ter contacto com o grupo de estudo e recolher informação mediante a realização de entrevistas. O objetivo do recurso a estas técnicas é a auscultação da experiência de ambos os intervenientes no em estudo.

Santos et al.(2014, p. 75) referem que a “A entrevista é um recurso de extrema importância para o investigador uma vez que se assume como um fortíssimo instrumento de recolha de informação”.

Por sua vez, Quivy & Campenhoudt (2008), reiteram que a entrevista permite obter informações através da recolha de experiências, focando a recolha em torno das hipóteses do trabalho. Tendo como base o perfil, missão e objetivos diferentes dos entrevistados, elaborámos um guião de entrevista (Apêndice E) que se adaptou às características dos entrevistados.

Quanto ao modo como conduzimos as entrevistas, salientamos que sete foram realizadas presencialmente e uma decorreu através da *Internet*, via *Skype*.

Note-se que a realização das entrevistas foi antecedida pelo envio do respetivo guião para os entrevistados (por correio eletrónico), para os entrevistados estivessem a par da finalidade e objetivo do estudo. No decorrer da entrevista, efetuámos a gravação

recorrendo ao telemóvel pessoal. Aquando da realização da entrevista, foi pedido o consentimento ao entrevistado para se efetuar a gravação, com o objetivo de a transcrição ser o mais rigorosa possível. Contudo, não foi concedida a autorização para efetuarmos a gravação da entrevista em todos os casos. Nos casos em que a gravação não foi possível, o autor anotou as respostas dadas.

Posteriormente à realização das entrevistas efetuámos o processo de análise dos dados recolhidos, que segundo Freixo (2012), se divide em três fases: a classificação dos dados, a codificação e a tabulação. A primeira fase compreende o agrupamento das respostas por módulos; a segunda corresponde à codificação das respostas com a atribuição de um segmento alfanumérico; e, por último, a análise das categorias é apresentada em quadros.

Assim, a análise das entrevistas teve uma natureza qualitativa, onde extraímos o essencial de cada resposta à respetiva pergunta. Por sua vez, a cada resposta foi atribuído um segmento para sintetizar a informação.

Para clarificar e resumir as respostas tratadas no guião de entrevista, procedemos à organização das referidas questões em tabelas de análise, destacando os aspetos mais importantes das respostas dadas pelos entrevistados (sinopses). Santos et al. (2014) referem que a síntese da apresentação dos resultados assume, normalmente, a forma de um quadro ou tabela.

Segundo Guerra (2006), os quadros de análise reduzem a quantidade de informação a trabalhar e permitem estabelecer comparações, no sentido de encontrar aspetos comuns ou divergentes. Por conseguinte, efetuamos a análise das respostas com base na repetição de cada segmento de resposta dos vários entrevistados, que resultou na frequência.

As questões, relativas ao guião de entrevista, são analisadas individualmente, através do levantamento de segmentos que traduzem as ideias - chave. Esses segmentos estão agrupados na tabela 16⁶³, referente à codificação alfanumérica das entrevistas. As respostas dadas pelos entrevistados podem ser consultadas na íntegra no *CD-ROM* que se encontra disponível na contracapa deste trabalho.

⁶³ Consultar Apêndice D – Codificação Alfanumérica das Entrevistas.

2.4. – Delimitação do Universo

A delimitação do universo consiste em “explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 223).

No contexto da presente investigação, o universo de estudo reporta-se aos militares portugueses de infantaria que estiveram presentes no TO do Afeganistão (entre o período de 2002 a 2014) a comandar forças nacionais e que tiveram contacto com os jornalistas portugueses. Relativamente aos jornalistas, o universo está limitado aos jornalistas portugueses que estiveram presentes no TO entre o período de 2002 a 2014 e que contactaram com os militares portugueses.

Face à impossibilidade de se considerar todo o universo de estudo (devido ao seu volume e às limitações temporais impostas para a realização do trabalho), na presente investigação recorreremos a elementos selecionados mediante as necessidades de pesquisa.

A seleção dos entrevistados teve como base de sustentação a experiência e a relevância para o problema de estudo. Como referem Santos et al.(2014, p.61), deve-se proceder à “seleção de elementos que melhor representem ou tenham conhecimento do fenómeno em estudo”.

Deste modo, a seleção dos militares a entrevistar neste estudo teve como base os seguintes critérios: militares da arma de infantaria (presentes no TO do Afeganistão entre 2002 e 2014) que tenham comandado forças nacionais e tenham tido contacto e interação com jornalistas portugueses.

Quanto à seleção dos jornalistas, procurámos entrevistar jornalistas que tenham interagido com militares portugueses. Também se procurou acautelar a diversidade, pelo que se escolheram jornalistas de órgãos de comunicação social diferentes.

Guerra refere que “duas grandes críticas feitas às metodologias qualitativas são a falta de representatividade e a generalização selvagem que efetua” (2006, pp 39-40).

Na investigação não temos o objetivo de efetuar generalizações, uma vez que não temos uma amostra representativa e atendendo a que o estudo tem apenas uma orientação descritiva. Pretendemos abordar a temática tendo como base a experiência e o testemunho de informadores que consideramos relevantes e que nos permitam aprofundar o conhecimento e refletir sobre a temática, por forma a indicarmos algumas conclusões, mas sempre com a devida precaução de não efetuarmos generalizações.

CAPÍTULO 3 – TRABALHO DE CAMPO

Neste capítulo, pretendemos apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos através da realização de entrevistas.

A análise das entrevistas teve por base as QD e a QC. A partir destas foi formulado o guião da entrevista com o objetivo de recolher informação e produzir as análises parciais de cada resposta da entrevista⁶⁴.

Nas tabelas seguintes, podemos consultar a caracterização dos entrevistados, jornalistas e militares:

Tabela nº2 – Caracterização dos Jornalistas Entrevistados

Código do Entrevistado	Idade	Sexo	Orgão de Comunicação Social no TO	Função no TO	Período no TO	Embedded
J1	56	M	RTP/Lusa	Jornalista	2004 ; 2006	Sim / Não
J2	48	M	RTP / RTP	Jornalista	2002 ; 2008	Sim / Sim
J3	49	F	TSF	Jornalista	2008	Não
J4	55	M	Antena 1	Jornalista	2009	Sim
J5	52	F	SIC	Jornalista	2002 ; 2006 ; 2011	Sim / Sim / Sim

Tabela nº3 – Caracterização dos Militares Entrevistados

Código do Entrevistado	Arma	Contacto com Jornaslitas Portugueses	Período no TO
M1	Infantaria	Sim	2007
M2	Infantaria	Sim	2009
M3	Infantaria	Sim	2005
M4	Infantaria	Sim	2010 ; 2014

⁶⁴ Consultar Apêndice F – Modelo Base de Análise das Entrevistas.

Como referido no capítulo da metodologia, as entrevistas salvaguardam o anonimato e a confidencialidade dos entrevistados, estando estes princípios enunciados no preâmbulo do guião da entrevista⁶⁵. De modo a garantir os preceitos indicados, nas tabelas de análise das respostas (que explanamos no presente capítulo) atribuímos a letra “J” aos entrevistados Jornalistas e a letra “M” aos entrevistados Militares.

3.1. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão A1

A Tabela nº4 apresenta as respostas dadas à questão A1, “Na sua perspetiva, existem riscos associados à presença dos jornalistas no TO? Se sim, que tipo de riscos?”.

Tabela nº4 - Análise das respostas à questão A1

Segmento das respostas	Entrevistados								Frequência (n)	
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3		M4
Questão A1										
Segmento A1.1	X		X						X	3
Segmento A1.2	X		X						X	3
Segmento A1.3	X									1
Segmento A1.4	X									1
Segmento A1.5		X								1
Segmento A1.6			X							1
Segmento A1.7				X	X		X	X	X	5
Segmento A1.8						X				1
Segmento A1.9							X			1

Na questão inicial do primeiro bloco de questões, constatamos que, na opinião de dois jornalistas, os riscos que existem pela sua presença são os mesmos que existem para os militares, sendo o risco mútuo (Segmento A1.7).

Dois dos entrevistados jornalistas salientam que os principais riscos que existem devido à sua presença são os atentados, as emboscadas (Segmento A1.2), as minas e os *Improvised Explosive Device* ⁶⁶ (Segmento A1.2).

⁶⁵ Podemos consultar o Guião da Entrevista no Apêndice E.

⁶⁶ São um tipo de arma explosiva não convencional que pode ter várias formas para ser ativada.

Foram também enumerados outros riscos pelos jornalistas, como os veículos armadilhados (Segmento A1.3), os atiradores furtivos (Segmento A1.4), a falta de código e conduta militar por parte dos jornalistas (Segmento A1.5) e os combates ou raptos (Segmento A1.6). Contudo, estes riscos foram apenas referenciados por um jornalista.

Na opinião dos militares, os riscos decorrentes da presença dos jornalistas são diversos e exatamente os mesmos que se verificam para os militares (Segmento A1.7). Os entrevistados militares referiram também os riscos dos atentados e emboscadas e das minas e IED, o que vai de encontro à opinião dos jornalistas.

De uma forma menos representativa, foram também enumerados os riscos de sensacionalismo por parte da comunicação social (Segmento A1.8), a segurança física e a segurança das informações (Segmento A1.9).

Em suma, relativamente a esta primeira questão, a opinião dos jornalistas e dos militares é convergente, na medida em que ambos referem a existência efetiva de riscos e para as duas partes envolvidas. Relativamente aos riscos considerados pelos entrevistados, aqueles referenciados com mais frequência foram os atentados, as emboscadas, as minas e os IED. Deste modo, os dois grupos de entrevistados referem-se essencialmente a riscos de integridade física e que tanto podem afetar jornalistas como militares.

3.2. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão A2

A Tabela nº5 apresenta as respostas dadas à questão A2, “E quanto a oportunidades? Existem? Que tipo de oportunidades?”.

Tabela nº5 - Análise das respostas à questão A2

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão A2										
Segmento A2.1	X	X	X	X						4
Segmento A2.2		X			X	X	X		X	5
Segmento A2.3							X			1
Segmento A2.4								X		1

Na segunda pergunta do primeiro bloco que questões, verificamos que a maioria dos jornalistas considera que terem estado presentes no TO do Afeganistão lhes permitiu ter acesso aos acontecimentos (Segmento A2.1) para efetuarem os seus trabalhos. Dois jornalistas também referiram a oportunidade que surgiu pelo fato de os militares demonstrarem o que estavam a fazer no TO do Afeganistão (Segmento A2.2).

Os entrevistados militares consideram que o fato de estarem presentes militares e jornalistas no TO permitiu que os militares demonstrassem o que estavam efetivamente a fazer no TO.

A oportunidade de os militares demonstrarem o que estavam a fazer no TO e a oportunidade de acesso aos acontecimentos por parte dos jornalistas foram aquelas que os nossos entrevistados consideraram com maior frequência. Atendendo às respostas, somos levados a crer que a presença dos jornalistas no TO é encarada por ambas as partes como uma oportunidade com vantagens mútuas.

3.3. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B1

A Tabela nº6 apresenta as respostas dadas à questão B1, “Na conduta das operações, sentiu que foram adotadas medidas de segurança pelo fato dos jornalistas estarem a acompanhar a força (*embedded*). Se sim, quais?”.

Tabela nº6 - Análise das respostas à questão B1

Segmento das respostas	Entrevistados										Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4		
Questão B1											
Segmento B1.1	X	X	X		X	X	X	X	X		8
Segmento B1.2	X			X			X	X	X		5
Segmento B1.3		X							X		2
Segmento B1.4						X					1
Segmento B1.5							X		X		2

Na primeira questão do segundo bloco de questões, constatamos que, segundo os jornalistas, as principais medidas de segurança adotadas devido ao acompanhamento da força (*embedded*) foram a utilização de colete e capacete (Segmento B1.1) e o fornecimento deste equipamento (por parte dos militares) quando não o possuíam.

Os jornalistas também indicaram (ainda que com menor frequência) que existia uma preocupação dos militares com a sua segurança. Havia uma segurança próxima que era garantida pelos militares (Segmento B1.2), pelo que os jornalistas estavam permanentemente acompanhados por militares. Um dos jornalistas indicou, ainda, a preocupação dos militares em explicar aos jornalistas em que consistiam as operações e a realização de *briefings* (Segmento B1.3).

Os militares reiteraram o uso de colete e capacete por parte dos jornalistas como principal medida de segurança. Esta medida foi indicada por todos os entrevistados militares. A segurança próxima que era garantida pela força aos jornalistas foi a segunda medida de segurança que os militares salientaram, reforçando as opiniões manifestadas pelos jornalistas.

Os entrevistados militares indicam, ainda, que foram dadas instruções aos jornalistas relativamente a táticas e procedimentos em situações específicas (Segmento B1.5). Um dos militares referiu que a existia a autorização para os jornalistas acompanharem a força, contudo os jornalistas tinham restrições de movimentos (Segmento B1.4).

Nesta questão, os entrevistados tiveram uma opinião coincidente, apontando como principais medidas de segurança a utilização de colete a capacete por parte dos jornalistas e a segurança próxima, que era garantida pelos militares aos jornalistas. Tal como se apurou a propósito dos riscos, entendidos fundamentalmente pela vertente da integridade física, também as medidas de segurança referidas incidiram na segurança física.

3.4. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B2

A Tabela nº7 apresenta as respostas dadas à questão B2, “Em algum momento sentiu que a presença dos jornalistas prejudicou a atividade operacional? Se sim, por favor descreva a situação.”

Tabela nº7 - Análise das respostas à questão B2.

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão B2										
Segmento B2.1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	8

Na segunda questão do segundo bloco de questões, podemos verificar que todos os entrevistados referem que a presença dos jornalistas não prejudicou a atividade operacional da força (Segmento B2.1). É uma resposta bastante conclusiva, uma vez que é coincidente em todas as respostas dos nossos entrevistados.

3.5. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão B3

A Tabela nº8 apresenta as respostas dadas à questão B3, “A presença dos jornalistas acarreta necessidades ao nível logístico? Por favor, descreva o que foi feito a esse nível.”

Tabela nº8- Análise das respostas à questão B3

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão B3										
Segmento B3.1	X	X			X					3
Segmento B3.2			X	X		X	X	X	X	6

Na terceira questão do segundo bloco de questões, podemos apurar que três jornalistas referiram, que fruto da sua presença na força, houve necessidades logísticas, nomeadamente a alimentação, a dormida, os equipamentos (colete e capacete) e os cuidados médicos (Segmento B3.1). Dois dos entrevistados jornalistas adiantam que as necessidades de nível logístico não foram relevantes para a força (Segmento B3.2).

Os militares partilham todos a mesma opinião e indicam que a presença dos jornalistas acarretou necessidades de nível logístico, contudo não tiveram impacto significativo na sustentação da força.

Podemos concluir que a presença dos jornalistas na força teve implicações ao nível logístico, contudo os entrevistados referem que não acarretaram encargos considerados significativos para os militares.

3.6. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C1

A Tabela nº9 apresenta as respostas dadas à questão C1, “Foi estabelecido um acordo prévio sobre as condições de acesso/divulgação de informação de natureza sensível? Se sim, em que termos?”.

Tabela nº9 - Análise das respostas à questão C1

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C1										
Segmento C1.1	X	X		X	X		X	X		6
Segmento C1.2			X			X			X	3
Segmento C1.3				X						1

Na primeira questão do terceiro bloco do guião, quatro dos cinco jornalistas entrevistados referem que existiu um acordo verbal com a força para estabelecer as condições de acesso e divulgação de informação de natureza sensível (Segmento C1.1). Um dos jornalistas refere que não existiu nenhum tipo de acordo relativamente ao acesso e divulgação da informação (Segmento C1.2) e apenas um dos entrevistados refere que existiu um acordo escrito entre os militares e os jornalistas (Segmento C1.3), de salientar que o entrevistado J4 realizou acordo verbal e escrito com os militares.

Os militares, por sua vez, têm uma opinião dividida face a esta questão. Dois militares referem que, de fato, existiu um acordo com os jornalistas para estabelecer as condições de acesso e divulgação de informação de natureza sensível. Contrariando esta opinião, dois dos entrevistados militares referiram a inexistência de qualquer tipo de acordo com os jornalistas.

Analisando as respostas obtidas, podemos concluir que existe maioritariamente um acordo verbal entre ambas as partes. Destaque-se assim que só um jornalista menciona a existência de um acordo escrito.

3.7. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C2

A Tabela nº10 apresenta as respostas dadas à questão C2, “Os jornalistas podiam movimentar-se livremente, entrevistar, captar imagens, etc.?”.

Tabela nº10 - Análise das respostas à questão C2

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C2										
Segmento C2.1	X	X	X			X	X			5
Segmento C2.2			X	X	X	X		X	X	6

Nesta questão, os entrevistados jornalistas apresentam opiniões díspares relativamente a esta temática. Dois jornalistas referem que se podiam movimentar livremente, entrevistar e captar imagens (Segmento C2.2). Contudo, dois jornalistas referem precisamente o contrário (Segmento C2.1). Um jornalista referiu que se podia movimentar, entrevistar e captar imagens em alguns sítios apenas, sendo que existiam locais, nomeadamente *checkpoints*⁶⁷, onde esse movimento era mais restrito e não se podia fotografar.

Os militares referem que os jornalistas possuíam alguma liberdade de movimento e de entrevista para realizarem os seus trabalhos. Não obstante, essa liberdade não existia em situações que representassem risco de segurança, quer do jornalista, quer da força militar.

Em suma, os entrevistados não têm uma opinião consensual relativamente a esta questão. Porém, se observarmos a frequência de respostas, verificamos que a maioria dos jornalistas refere a existência de alguma liberdade para se movimentarem, entrevistarem e captarem imagens. Ainda assim, os aspetos da segurança foram sempre considerados e foram um fator muito importante, pelo que alguns dos entrevistados referiram que essa mesma liberdade não existiu.

⁶⁷ Podemos definir *Checkpoint* como um ponto planeado e utilizado como meio de controlo do movimento e verificação do tráfego de veículos ou pedestres. Podemos indicar que este tem como objetivo aplicar medidas de controlo de circulação.

3.8. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C3

A Tabela nº11 sistematiza as respostas dadas à questão C3, “Havia algumas restrições à atividade jornalística? Se sim, de que tipo de matérias?”.

Tabela nº11 - Análise das respostas à questão C3

Segmento das respostas	Entrevistados								Frequência (n)	
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3		M4
Questão C3										
Segmento C3.1	X	X	X		X		X	X	X	7
Segmento C3.2		X	X	X	X	X	X		X	7

Sobre este aspeto, os jornalistas reportam a existência de algumas restrições à sua atividade, nomeadamente no que se refere a matérias com importância e classificação de segurança militar (Segmento C3.1). Apenas um entrevistado jornalista referiu que não teve restrições sobre estas matérias. Outra das restrições indicada pelos jornalistas relaciona-se com as limitações em matérias de natureza sensível, como acontece no caso de mortos ou feridos graves (Segmento C3.2). Apenas um dos jornalistas refere que não teve restrições neste tipo de matérias.

As restrições também foram referidas pelos militares. Como podemos verificar pela sistematização das respostas da Tabela nº11, apenas um militar considera que não houve restrições à atividade jornalística sobre matérias de importância e classificação de segurança militar. Note-se, ainda, que um militar considera que não houve restrições sobre matérias de natureza sensível.

Nesta questão, a opinião de jornalistas e militares é convergente, na medida em que ambos referem a existência de restrições à atividade jornalística no TO do Afeganistão, em matérias classificadas ou de natureza sensível sendo que as restrições expostas na Tabela n.º 11 possuem igual frequência de resposta.

3.9. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C4

A Tabela nº12 expõe as respostas dadas à questão C4, “Em algum momento senti tensão na relação entre militares/jornalistas? Se sim, por favor descreva brevemente o que originou essa tensão.”.

Tabela nº12- Análise das respostas à questão C4

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C4										
Segmento C4.1	X									1
Segmento C4.2	X								X	2
Segmento C4.3		X								1
Segmento C4.4			X	X	X	X	X	X		6

A respeito desta questão, três jornalistas consideram que não houve problemas, nem tensão entre os jornalistas e os militares portugueses no TO do Afeganistão (Segmento C4.4).

A respeito desta questão, três jornalistas consideram que não houve problemas, nem qualquer tensão entre os jornalistas e os militares portugueses no TO do Afeganistão (Segmento C4.4).

Quanto aos dois jornalistas que referem algum tipo de tensão (Segmentos C4.1, C4.2 e C4.3), descrevem as situações do seguinte modo:

“Foram quase sempre por erros de semântica, situações que não tinham ficado devidamente esclarecidas, de os jornalistas quererem esticar a corda, por um lado; por outro lado, os militares esperarem que os jornalistas cumprissem determinado tipo de procedimentos que não tinham sido clarificados à partida e depois isso cria um elemento de tensão” (J1).

“O acesso à notícia, à informação era fundamentalmente o foco da tensão e era porque não há um trabalho prévio recíproco de ganho de confiança, de explicar as regras do jogo, o porquê e o como (...) (J1).

“(…) os militares não estava preparados para receber os jornalistas; e aquilo que os jornalistas pretendiam dos militares, os militares não podiam proporcionar aos jornalistas e gerou-se aí um momento de tensão.” (J2).

Por sua vez, três dos quatro entrevistados militares não assinalam qualquer tensão entre os militares e os jornalistas portugueses no TO do Afeganistão. Apenas um militar indica que se verificou tensão, devido à captação de imagens não autorizada.

Genericamente, salvo nas situações pontuais referidas, os entrevistados são de opinião que não existiu tensão na relação entre os militares e os jornalistas portugueses no TO do Afeganistão.

3.10. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C5

A Tabela nº13 evidencia as respostas dadas à questão C5, “Pensando agora em termos genéricos, diria que tendencialmente se verifica uma certa tensão nas relações entre militares e jornalistas?”.

Tabela nº13 - Análise das respostas à questão C5

Segmento das respostas	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C5										
Segmento C5.1	X					X				2
Segmento C5.2	X		X			X		X		4
Segmento C5.3		X		X			X		X	4
Segmento C5.4					X					1

Com esta questão, pretendia-se que os entrevistados se pronunciassem sobre eventual tensão entre jornalistas e militares, sem se focarem especificamente no TO em estudo.

A opinião dos jornalistas caracteriza-se do seguinte modo: dois jornalistas referem uma tensão efetiva na relação entre os militares e jornalistas, algo que decorre devido aos objetivos diferentes de ambas as partes (Segmento C5.2).

Outros dois jornalistas indicam a ausência de tensão na relação entre os militares e os jornalistas (Segmento C5.3), o que para o entrevistado J2 corresponde a uma evolução recente e positiva:

“Não, eu acho que os militares, ao longo dos tempos, têm vindo a aprender como lidar com os jornalistas. (...) finalmente (...) deixaram de encarar os jornalistas como inimigos e passaram a encará-los como aliados.” (J2).

Um dos jornalistas indicou que aquilo que se verifica na relação recíproca é antes uma enorme desconfiança que poderá estar na base de tensões ou outros problemas (Segmento C5.1). Existe, ainda, outra opinião enunciada apenas por um jornalista, que alude a fatores circunstanciais (as características do TO, a natureza do conflito, o grau de ameaça) que podem condicionar o relacionamento (Segmento C5.4).

No que diz respeito aos entrevistados militares, dois referem a inexistência de tensão na relação entre os militares e os jornalistas, justificando do seguinte modo:

“Eu considero que não, não existe tensão. (...) condição principal planeamento; condição secundária confiança, condição seguinte treino.” (M3)

“Não, temos excelentes profissionais que conhecem o meio militar, que vivem com meio militar, e a relação é muito boa; há uma relação que se estabelece e que é benéfica para ambas as partes.” (M4)

Tal como se verificou com um jornalista, também um militar considerou não existir propriamente tensão, mas antes desconfiança. Por fim, um entrevistado militar refere que existe tensão na relação entre os militares e os jornalistas, devido aos objetivos diferentes de ambas as partes (Segmento C5.2).

Em suma, temos diversas opiniões em relação a esta questão, que aliás não variam muito da avaliação que os mesmos entrevistados fazem quando se reportam à experiência concreta que tiveram no TO do Afeganistão. Porém, nesta questão, dos nove entrevistados, só quatro expressam claramente ausência de tensões entre militares e jornalistas. De notar que quando mencionam existência de alguma tensão, ou de desconfiança, os entrevistados ilustram ou justificam as mesmas com base nas diferentes missões de uns e outros.

3.11. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C6

A Tabela nº14 apresenta as respostas dadas à questão C6, “Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa muito importante e 5 significa nada importante, como avalia a importância da presença dos jornalistas no TO Afeganistão para o Exército?”.

Tabela nº14 - Análise das respostas à questão C6

Escala	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C6										
1			X	X			X	X	X	5
2	X	X			X					3
3						X				1

Na sexta questão do terceiro bloco de questões, três dos entrevistados jornalistas indicam que a presença dos jornalistas no TO Afeganistão é importante para o Exército, atribuindo-lhe uma pontuação de 2 (Segmento C6.1). Dois jornalistas classificaram-na como muito importante, atribuindo-lhe uma pontuação de 1 (Segmento C6.2). Por fim, um dos jornalistas atribuiu uma importância moderada (peso 3) à presença dos jornalistas no TO do Afeganistão (Segmento C6.3).

Nos entrevistados militares, três classificaram a presença dos jornalistas como muito importante (peso 1) e um dos militares considerou que a importância é moderada (peso 3).

Nesta questão, ambas as partes entrevistadas consideram que a presença dos jornalistas no TO do Afeganistão é importante ou muito importante para o Exército. A frequência que mais se verificou foi a atribuição de peso 1 (que foi atribuída pela maioria dos militares). Entretanto, a maioria dos jornalistas atribuiu-lhe peso 2. Não obstante, nenhum dos entrevistados referiu que a presença dos jornalistas no TO do Afeganistão não era importante.

3.12. – Apresentação, análise e discussão de resultados da questão C7

A Tabela nº15 apresenta as respostas dadas à questão C7, “Utilizando a mesma escala (1 muito importante, 5 nada importante) como avalia a importância da presença dos jornalistas para a informação pública sobre temas da Defesa?”.

Tabela nº15 - Análise das respostas à questão C7

Escala	Entrevistados									Frequência (n)
	J1	J2	J3	J4	J5	M1	M2	M3	M4	
Questão C7										
1		X	X		X		X		X	5
2								X		1
3				X						1
4						X				1
5	X									1

Na sétima questão do terceiro bloco de questões e última da entrevista, podemos apurar que a presença dos jornalistas para a informação pública sobre os temas da Defesa tem peso 1 (Segmento C7.2) por parte de três entrevistados jornalistas.

Um dos jornalistas atribuiu peso 5 (Segmento C7.1) e considerou que a presença dos jornalistas não é importante para a informação pública sobre os temas da Defesa, uma vez que os jornalistas não entendem estes temas e, como tal, não os reproduzem convenientemente.

Um outro entrevistado jornalista classificou como 3 (Segmento C7.3) a importância da presença dos jornalistas e afirmou que a área da Defesa requer alguma especialização; no entanto, face às dificuldades financeiras das empresas, esta especialização não se tem verificado.

Dois entrevistados militares atribuíram peso 1 à importância dos jornalistas para a informação pública. Um militar atribuiu peso 4 (Segmento C7.4) e justificou com o passado recente daquilo que tem sido a importância que os jornalistas assumem para os temas da Defesa. Por último, foi atribuído o peso 2 (Segmento C7.5) por um entrevistado militar.

Em conclusão, analisando as várias opiniões e tendo como base a frequência que se encontra exposta na Tabela nº 15, podemos indicar que as opiniões de militares e de jornalistas convergiram e que o peso 1 teve uma representatividade que explica a opinião da maioria dos entrevistados.

CONCLUSÕES

A realização da presente investigação teve o intuito de responder à questão central, “Atendendo à experiência dos militares de infantaria e dos jornalistas portugueses, que implicações resultam fruto da presença de jornalistas no teatro de operações do Afeganistão?”. O método de observação consistiu no estudo de caso do TO do Afeganistão no período de 2002 a 2014.

Reiteramos que, quando falamos em implicações, estamos a colocar o enfoque nos atos ou efeitos decorrentes da presença dos jornalistas, considerando em particular as seguintes dimensões: a segurança para os jornalistas e para os militares, o acesso à informação por parte dos jornalistas, a componente logística e o próprio relacionamento entre os militares e os jornalistas.

Percorrida a análise dos resultados obtidos através das entrevistas, procede-se agora à verificação das hipóteses formuladas, com base no Modelo de Verificação de Hipóteses sugerido por Sarmento (2013). Seguidamente, apresentam-se as respostas às QD e finalmente apresentar-se-á a resposta à QC.

Relativamente à Hipótese 1 “Os jornalistas utilizavam equipamentos de proteção, fornecido pelos militares, quando não os possuíam”, foi confirmada. Na Tabela nº6, podemos verificar que oito dos entrevistados referiram que os jornalistas utilizavam equipamento, nomeadamente colete e capacete, e que este era fornecido quando os jornalistas não o possuíam.

A Hipótese 2 “Os jornalistas recebiam orientações específicas dos militares”, não foi comprovada, uma vez que apenas dois entrevistados referiram que recebiam *briefings* a explicar em que consistiam as operações militares (Tabela nº6).

No que tange à Hipótese 3 “Havia orientações que regulavam o acesso à informação fornecida aos jornalistas”, foi parcialmente confirmada. Seis entrevistados referem que existiu efetivamente um acordo verbal sobre as condições de acesso e divulgação de informação de natureza sensível, como podemos verificar na Tabela nº9.

No que respeita à Hipótese 4 “A presença dos jornalistas, no caso dos jornalistas *embedded*, teve implicações na força”, foi verificada, como podemos verificar na Tabela nº8. Contudo seis entrevistados referem que a presença dos jornalistas na força não acarretou necessidades ao nível logístico consideradas significativas para os militares.

A Hipótese 5 “Os militares e jornalistas admitem que existia tensão no relacionamento recíproco”, foi parcialmente verificada, na medida em que seis entrevistados admitiram a inexistência de problemas no relacionamento entre os militares e os jornalistas, como podemos consultar na Tabela nº 12.

De acordo com um encadeamento lógico, apresentamos de seguida a respostas às QD que procederam dos OE.

Relativamente à QD1 “Quais as medidas que se verificaram ao nível da segurança dos militares e jornalistas?”, realça-se que, para efetuarmos um enquadramento desta questão, perguntámos aos entrevistados se havia riscos associados à presença dos jornalistas no TO do Afeganistão, tendo sido expostos vários riscos⁶⁸.

Verificamos que existiu uma maior frequência de resposta ao Segmento A1.7: existem diversos riscos e são tanto para militares como para jornalistas.

Simon (2003) enunciou que a segurança dos jornalistas *embedded* é da responsabilidade dos militares, ideia que ficou patenteada com a Questão B1⁶⁹ colocada aos entrevistados.

Com efeito, concluímos que na conduta das operações foram adotadas medidas de segurança pelo fato de os jornalistas estarem *embedded*, como é o caso do fornecimento de equipamento de proteção aos jornalistas (colete e capacete) quando estes não dispunham dele, algo que convergiu com a ideia explanada na Hipótese 1.

Foram também consideradas como medidas de segurança, mas em menor frequência por parte dos entrevistados, a segurança próxima que era garantida pelos militares aos jornalistas e as explicações efetuadas pelos militares aos jornalistas do que eram as operações (*briefings*). Em alguns casos, foram dadas indicações de táticas e procedimentos em situações específicas.

Podemos concluir que de fato, existiram implicações ao nível da segurança para os militares e para os jornalistas que foram fruto da presença dos jornalistas no TO.

⁶⁸ Podemos consultar na Tabela n.º 4.

⁶⁹ Consultar na Tabela n.º 6.

Porém, segundo os entrevistados, em momento algum a presença dos jornalistas prejudicou a atividade operacional da força⁷⁰, contrariando a tese exposta por Porch (2002), que indicou que os *media* podem causar implicações no desenrolar das operações militares.

No que tange à QD2: “Que orientações vigoram quanto ao acesso dos jornalistas à informação?”, Realizámos a análise desta questão na pergunta C1⁷¹, C2⁷² e C3⁷³ do nosso guião.

Com base na maioria das respostas dos entrevistados, concluímos que existiu um acordo verbal sobre as condições de acesso e divulgação de informação.

No que tange às restrições de acesso e divulgação da informação, estas ocorreram e foram fundamentalmente restrições em matérias de importância militar e matérias de natureza sensível, como era o caso dos feridos graves e mortos.

Contudo e apesar das orientações que foram estabelecidas, a maioria dos entrevistados enuncia que os jornalistas dispunham de alguma liberdade de movimento no TO do Afeganistão, não se verificando queixas de restrições sobre o acesso à informação por parte dos entrevistados jornalistas.

Os resultados obtidos não se encontram em conformidade com as afirmações de Paul & Kim (2004), os autores enunciam que no caso particular do TO do Afeganistão os *media* faziam pressão para ter acesso às operações e que existiram mesmo relatos de queixas no acesso à informação.

Relativamente à QD3 “No plano logístico, houve implicações relacionadas com a presença dos jornalistas na força?”, os entrevistados referiram (na questão B3⁷⁴) a existência de implicações logísticas resultantes da presença dos jornalistas no TO do Afeganistão e da incorporação na força, nomeadamente a alimentação, a dormida/alojamento, os equipamentos fornecidos (colete e capacete) bem como os cuidados médicos.

⁷⁰ Consultar na Tabela n.º 7.

⁷¹ Consultar a Tabela n.º 9.

⁷² Consultar a Tabela n.º 10.

⁷³ Consultar a Tabela n.º 11.

⁷⁴ Consultar a Tabela n.º 8.

Rodrigues (2011) referiu-se à dificuldade em desenvolver um adequado canal de apoio logístico devido às restrições impostas pelo terreno do Afeganistão. Contudo, as necessidades logísticas que os jornalistas acarretaram para a força não foram consideradas relevantes.

Por fim, no que respeita à QD4 “Existia tensão relacional entre os militares e os jornalistas?”, destaca-se o fato de a opinião dos entrevistados não convergir maioritariamente com a opinião dos autores considerados no primeiro capítulo. É o caso de Boylan (2011), ao referir que o fato de os militares tentarem controlar os *media* poderá gerar tensões e de Paul & Kim (2004), que reiteram a existência de uma tensão relacional entre os militares e os *media* e sustentam que provavelmente sempre existirá.

A opinião dos entrevistados em nada reflete a opinião dos autores considerados, como podemos verificar na Tabela n.º 12, seis dos entrevistados reiteram que não existiu nenhuma tensão nem problema entre os militares e os jornalistas no TO do Afeganistão, contudo, três mencionam que existiu de fato alguma tensão, concluímos então, que salvo nas situações pontuais referidas, não existiu tensão na relação entre os militares e os jornalistas portuguesas no TO do Afeganistão durante o período de estudo.

Todavia, quando efetuamos o estudo da tensão existente em termos genéricos, existem diversas opiniões. Porém, nesta questão, dos nove entrevistados, só quatro expressam claramente ausência de tensões entre militares e jornalistas, como podemos observar na Tabela n.º 13.

A importância do relacionamento e da presença dos jornalistas no TO do Afeganistão para o Exército, e cumulativamente para a informação pública sobre os temas da Defesa, encontra-se sistematizada nas Tabelas n.º 14 e 15. Concluímos que a presença dos jornalistas no TO foi muito importante para o Exército, na medida em que deu a oportunidade aos militares de demonstrarem o que estavam efetivamente a fazer no TO (como podemos verificar na Tabela n.º 5), bem como para a informação pública sobre os temas da Defesa.

De forma a cumprir o objetivo geral, resultante de toda a investigação, importa agora responder à QC: “Atendendo à experiência dos militares de infantaria e dos jornalistas portugueses, que implicações resultam fruto da presença de jornalistas no teatro de operações do Afeganistão?”.

O estudo de caso do TO do Afeganistão (2002-2014) contribuiu para que fosse possível fazer uma confrontação entre a revisão da literatura (a teoria) e os dados recolhidos no trabalho de campo. A recolha da experiência de militares e de jornalistas permitiu retirar ilações, e considerar relatos pertinentes para o assunto em questão.

A resposta à QC encontra-se sustentada nos dados empíricos que obtivemos com a realização das entrevistas. Tendo em consideração as dimensões que listámos para o estudo das implicações (Segurança, Informação, Logística e Relacionamento), concluímos que a presença dos jornalistas nas forças nacionais no TO do Afeganistão durante o período de 2002 a 2014 causou implicações para as forças nacionais, nomeadamente na Segurança, na Informação, na Logística e no Racionamento, mas em momento algum, comprometeram a missão.

No que concerne ao relacionamento recíproco, salvo nas situações pontuais referidas (por três entrevistados), não foram assinalados outros problemas ou tensões, pelo contrário, as respostas indicam respeito e compreensão pelo trabalho mútuo, tendo inclusivamente sido mencionado por um militar que entre a força e os jornalistas se mantêm contatos. Aludiu-se à questão da confiança (ou falta dela) como um elemento relevante na relação entre militares e jornalistas.

No que respeita à Segurança, a presença dos jornalistas concorreu para a adoção de medidas de segurança na força, assim como medidas de segurança para a própria proteção e segurança dos jornalistas, referimos nomeadamente a utilização de colete e capacete por parte dos jornalistas (fornecido pelos militares quando não o disponham) e a existência de um acompanhamento por parte dos militares ao movimento dos jornalistas, garantindo uma segurança próxima.

Relativamente ao acesso e divulgação da Informação por parte dos jornalistas, foram adotadas medidas, entre as quais destacamos a existência de um acordo verbal entre militares e jornalistas sobre o tipo de matérias e factos a relatar sem comprometer a segurança das operações. Os militares explicaram a tipologia de matérias com restrições quanto à observação e relato jornalístico, algo que foi cabalmente cumprido. Neste sentido, podemos concluir que resultaram daqui alguns condicionalismos e implicações.

No que se reporta aos aspetos logísticos, as implicações identificadas foram as seguintes: alojamento, alimentação, medicação e fornecimento de equipamento de segurança e proteção quando os jornalistas não dispunham dele e acompanhavam a força (algo que, na ótica dos entrevistados, não é considerado significativo para uma força com a dimensão e recursos como eram as que se encontravam no TO), as implicações

logísticas resultantes da presença dos jornalistas no TO a acompanhar as forças em momento algum foram relevantes.

Portanto, é de salientar que, durante a participação portuguesa no TO do Afeganistão no período de 2002 a 2014, a presença dos jornalistas portugueses causou implicações para os militares, nomeadamente no que se reporta à Segurança, Informação, Logística e Relacionamento, e aquilo que se verificou foi a adaptação e aplicação de medidas por forma a mitigar as implicações ocorridas, algo que é justificável pela presença de elementos que não sendo militares, não pertenciam à força.

Após o término da investigação, consideramos que os objetivos propostos foram cabalmente alcançados através das respostas às QD, que sustentaram a resposta à QC.

Mediante os contributos dos entrevistados, vamos enunciar algumas recomendações e reflexões resultantes do processo de análise que realizámos, de modo a potenciar a interação entre os militares e os jornalistas nos TO.

Face a situações de incorporação/acompanhamento de jornalistas nas forças, importa que as entidades militares tenham em mente as medidas e comportamentos a adotar, pelo fato de se estarem na presença de indivíduos que não são militares e que, provavelmente não tiveram nenhuma formação nessa área.

Ocorre também a necessidade de explicar e enquadrar os jornalistas na operação ou tarefas que vão desenvolver, sempre com os devidos condicionalismos. Analogamente, é fundamental uma clara definição das “regras do jogo” que garanta uma integração o mais harmoniosa possível dos jornalistas na força militar.

Questões como o planeamento das operações, a incorporação dos jornalistas, o ganho de confiança mútua entre militares e jornalistas bem como a formação dos militares (focalizada na interação com os jornalistas) devem ser consideradas e ganham cada vez uma maior preponderância.

No que se reporta a limitações que surgiram no decorrer do nosso percurso de investigação, a maior limitação que sentimos foi a localização geográfica dos entrevistados e a sua agenda muito preenchida, pelo que o trabalho de campo acabou por ter duração maior do que a tinha sido inicialmente planeada.

Os jornalistas encontravam-se diariamente ocupados com as tarefas de que são incumbidos, algo que condicionou a sua disponibilidade para encontrar uma pequena janela de tempo que possibilitasse a realização das entrevistas.

Quanto aos militares de Infantaria que comandaram forças no TO, também envidámos esforços para obter mais entrevistas, chegando até a fazer contatos nesse sentido. Porém, alguns desses militares preenchem o requisito de ter comandado forças no TO, mas por razões várias não chegaram a ter ligação direta com jornalistas, pelo que optámos por não realizar essas entrevistas.

RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Recomenda-se assim, as investigações futuras no âmbito dos seguintes temas:

- O impacto noticioso das temáticas relativas às Forças Nacionais Destacadas;
- Avaliação dos modelos de formação ministrados tanto a jornalistas como a militares no intuito de potenciar a interação de ambos nos diversos TO;
- O contributo dos *media* para a compreensão pública das temáticas da Defesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aukofer, F. & Lawrence, W. (1995). *America's Team; The Odd Couple-A Report on the Relationship Between the Media and the Military*. Nashville: The Freedom Forum First Amendment Center.
- Batista, M. (s/d). *A Rádio e a Imprensa*. Acedido em 7 de abril de 2016 através de <http://www.ipv.pt/forumedia/5/22.htm>.
- Begonha, R. (1993). *A Informação, as Relações Públicas, as Forças Armadas e a Sociedade*. Intervenção do autor no decurso da «Semana de Estudos Militares» que teve lugar no Instituto de Altos Estudos Militares. Acedido em 13 de abril de 2016 através de http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1657/1/NeD068_RodolfoBegonha.pdf.
- Boylan, S. A. (2011). *O Relacionamento entre os militares e a Mídia: um Exercício de Paciência Estratégica*. Exército dos EUA: Military Review.
- Breton, P. (1994). *A Utopia da Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Calçada, J. (1998). *Elementos de Tática. Contributo para uma Teoria Geral*. Lisboa: IAEM.
- Carvalho, M. (2003). *Por dentro das Guerras*. S. João do Estoril: Prime Books.
- Castro, B. (2014). *Trail of Violence – Journalists & Media Staff Killed in 2014*. Brussels: International Press Centre.
- Churchill, J. Gilbert, A. (1999). *Marketing Research: Methodological Foundations*. E.U.A: Dryden Press.
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (2010). *Como o Direito Internacional Humanitário protege os jornalistas em situações de conflito armado?*. Acedido a 18 de abril de 2016 através de <https://www.icrc.org/por/resources/documents/interview/protection-journalists-interview-270710.htm>.
- Committee to Protect Journalists (2016). *29 Journalists Killed in Afghanistan since 1992/Motive Confirmed*. Acedido a 18 de abril de 2016 através de <https://cpj.org/killed/asia/afghanistan/>.
- Committee to Protect Journalists (2016). *1211 Journalists Killed since 1992*. Acedido a 18 de abril de 2016 através de <https://cpj.org/killed/>.

- Conselho de Segurança das Nações Unidas (s/d). *Plano de Ação das Nações Unidas sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade*. Acedido a 18 de abril de 2016 através de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/04/plano-de-acao-seguranc3a7a-dos-jornalistas-onu.pdf>.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas (2001). *Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan Pending the Re-establishment of Permanent Government Institutions*. Acedido a 10 de abril de 2016 através de <http://mfa.gov.af/Content/files/Bonn-agreement.pdf>.
- Conselho de Segurança das Nações Unidas (2015). *The safety of journalists and the issue of impunity*. Acedido a 18 de abril de 2016 através de https://www.reporter-ohne-grenzen.de/fileadmin/Redaktion/Nothilfe/Sicherheit_von_Journalisten/141218_UN_General_Assembly_Resolution_69-185.pdf.
- Dale, C. (2009). *Operation Iraqi Freedom: Strategies, Approaches, Results, and Issues for Congress*. Acedido a 14 de abril de 2016 através de <https://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL34387.pdf>
- Dias, J. (2015). *A guerra em “direto” e o direito à informação. novos paradigmas na condução das operações*. Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2014/2015, Lisboa: IESM.
- Dijk, T. (1999). *Power and the News Media*. Amsterdam: University of Amsterdam.
- Direitos Humanos (s/d). *Instrumentos e Textos Universais*. Acedido a 14 de abril de 2016 através de <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-prot-I-conv-genebra-12-08-1949.html>.
- Drăgan, I. (1996). *Paradigme ale comunicării de masă*. Bucharest: Șansa.
- Ebiografia (2016). *Karl Popper*. Acedido a 25 de abril de 2016 através de https://www.ebiografia.com/karl_popper/
- Estado – Maior – General das Forças Armadas (2016). *Missões de Interesse Público*. Acedido a 11 de abril de 2016 através de <http://www.emgfa.pt/documents/wf3j5tqkgzmv.pdf>.
- English, A. (1998). *The Changing Face of War*. London: University Press.
- Exército Português. (2012). *Operações, PDE 3-00*. Lisboa.
- Ferreira, F. (2002). *Relação entre militares e media gera debate*. Acedido a 6 de abril de 2016 através de http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=38758.
- Field Manual. (2000). *Public Affairs Tactics, Techniques and Procedures*. Washington, DC: Department of the Army.
- Filkins, D. (2010). *Guerra sem fim: reportagens no Afeganistão e no Iraque*. Alfragide: Casa das Letras.

- Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3ª Ed.), Lisboa: Instituto Piaget.
- Garcia, P. (2008). *A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque , Afeganistão e Líbano*. Nação e Defesa nº121, 3ªSérie, 177 - 209.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6ª Ed.), São Paulo: Edições Atlas S.A.
- GlobalSecurity.org(s/d). *Quick Reaction Force (QRF)*. Acedido a 11 de abril de 2016 através de <http://www.globalsecurity.org/military/agency/army/qrf.htm>.
- Grade, P. (2007). *Repórteres de Guerra. Formação*. Acedido a 5 de abril de 2016 através de http://database.jornaldefesa.pt/doutrina_e_conceitos/Rep%C3%B3rteres%20de%20Guerra%20Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf.
- Graziano, A. M. Raulin, M. L. (1989). *Research Methods: A process of inquiry*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. (1ª Ed.), Cascais: Príncipeia.
- Hegedüs, Z. (2010). *Nato Legal Deskbook*. (2ªed), Acedido a 13 de abril de 2016, através de <https://publicintelligence.net/nato-legal-deskbook/>.
- Huot, R. (2002). *Métodos Quantitativos para as Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- International Council on Human Rights Policy. (2002). *Journalism, media and the challenge of human rights reporting*. Acedido a 4 de abril de 2016 através de http://www.ichrp.org/files/reports/14/106_report_en.pdf.
- International Federation of Fournalists.(s/d). *International Code of Practice for the Safe Conduct of Journalism*. Acedido a 20 de abril de 2016 através de http://digi.library.tu.ac.th/thesis/la/1180/25APPENDIX_11.pdf.
- Joint Doctrine Publication 3-45.1. (2007). *Media Operations*. Swindon: The Development, Concepts and Doctrine Centre.
- Lei n.º 1/99 (2014). Acedido a 7 de abril de 2016 através de http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/JCA_MA_21299.pdf.
- Lei Orgânica n.º 1-A (2009). Acedido a 17 de abril de 2016 através de <http://www.emgfa.pt/documents/c43k7t0zbsg5.pdf>.
- Longman Dictionary of Contemporary English* (2016). Acedido a 14 de abril de 2016 através de <http://www.ldoceonline.com/dictionary/embedded-journalist>.
- Quivy, R. e Campenhoutdt, L (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª Ed.), Lisboa: Grávida.

- Loureiro, R. (2013). *O jornalismo português “incorporado”: circunstâncias, experiências e percepções*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestre, Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa.
- McCann, C. (s/d) *PEN pays tribute to Marie Colvin, Remi Ochlik and Ramy al-Sayed, journalists killed in Syria*. Acedido a 17 de abril de 2016 através de <http://www.pen-international.org/newsitems/pen-pays-tribute-to-marie-colvin-remi-ochlik-and-ramy-al-sayed-journalists-killed-in-syria/?print=print>.
- Machado, M. e Carvalho, S. (2004). *Exército e Imprensa*. Lisboa: Prefácio.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª Ed.), São Paulo: Editora Atlas S. A.
- Munteanu, N. (2014). *Media Operation-Complementarity of Modern Military Operations*. Revista Academiei Fortelor Terestre nº4 (76) , 359-364.
- NATO. (s/d). *ISAF Media Ground Rules*. Acedido a 14 de abril de 2016 através de <http://www.rs.nato.int/images/stories/File/140124ISAF%20Media%20Ground%20Rules.pdf>.
- NATO. (2001). *Resolution 1386*. Acedido a 10 de abril de 2016 através de http://www.nato.int/isaf/topics/mandate/unscr/resolution_1386.pdf.
- NATO. (2008). *Allied Command Operations (ACO) Public Affairs*. Bruxelas: Supreme headquarters Allied Powers Europe.
- NATO. (2011). *Military Public Affairs Policy*. Acedido a 17 de abril de 2016 através de <http://www.nato.int/ims/docu/mil-pol-pub-affairs-en.pdf>.
- NATO. (2011). *NATO/ISAF Strategic Communication Framework 2011*. Acedido a 17 de abril de 2016 através de <https://info.publicintelligence.net/NATO-STRATCOM-Afghanistan.pdf>.
- NATO. (2014). *Public Affairs Handbook*. Acedido a 10 de abril de 2016 através de https://www.shape.nato.int/systems/file_download.ashx?pg=11754&ver=2.
- NATO. (2014). *ISAF Media Ground Rules*. Acedido a 20 de abril de 2016 através de <http://www.rs.nato.int/images/stories/File/140124ISAF%20Media%20Ground%20Rules.pdf>.
- NATO. (2015). *Resolution 2222*. Acedido a 7 de abril de 2016 através de https://www.reporter-ohnegrenzen.de/fileadmin/Redaktion/Nothilfe/Sicherheit_von_Journalisten/150527_UN_Security_Council_Resolution_2222.pdf.
- NATO. (2015). *AAP-06. NATO Glossary of Terms and Definitions*. Bruxelas: NATO Standardization Office.

- NATO. (2016). *Collective Defence – Article 5*. Acedido a 16 de abril de 2016 através de <http://www.nato.int/terrorism/five.htm>.
- NATO. (2016). *NATO and Afghanistan*. Acedido a 10 de abril de 2016 através de http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_8189.htm.
- NATO. (2016). *Resolute Support Mission in Afghanistan*. Acedido a 11 de abril de 2016 através de http://www.nato.int/cps/in/natohq/topics_113694.htm.
- Paul, C. & Kim, J. (2004). *Reporters on the Battlefield: the embedded press system in historical context*. Santa Monica: Rand.
- Pereria, C. S. (2005). *Guerras da Informação. Militares e Media em Cenários de Crise*. Lisboa: Tribuna da História.
- Pinto, M. (2002). *Televisão, Família e Escola – Pistas para agir*. Barcarena: Editorial Presença.
- Porch, D. (2002). *No Bad Stories*. Naval War College Review no. 1, vol. LV.
- Quaresma, N. (2009). *A Influência dos Media na Imagem Externa das Forças Armadas*. Lisboa: IESM.
- Revista Militar (2004). *A Guerra de Informação: Perspetivas de Segurança e Competitividade*. Acedido a 6 de abril de 2016 através de http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=401.
- Rodrigues, D. (2011). *As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão*. Nação e Defesa nº130-5ªSérie, 131-155.
- Sampieri, H. R. S. et al. (2003). *Metodologia da Pesquisa*. México: McGraw Hill.
- Santos, L. Monteiro, F. Lima, J. Silva, N. Silva, J. e Afonso, C. (2014). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IESM.
- Santos, J. M. (2000). *Media versus Militares*. Jornal do Exército nº 489, 31-36.
- Santos, J. R. (2003). *A Verdade da Guerra*. Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (1ª Ed.), Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Salin, P. (1997). *Mass Media*. Oeiras: Celta Editora, Lda.
- Simon, J. (2003). *Journalists Are Owed Protection in Wartime*. Acedido a 15 de abril de 2016 através de <https://www.cpj.org/2004/12/journalists-are-owed-protection-in-wartime.php>.
- Sousa, M. J. Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. (1ª Ed.), Lisboa: Lidel.
- Steger, M. D. (1994). *Slicing the Gordian Knot: A Proposal to Reform Military Regulation of Media Coverage of Combat Operations*. University of San Francisco: Law Review.

- Subtil, F. A. (2006). *A comunicação entre a utopia e a tecnocracia: para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação*. Acedido a 5 de abril de 2016 através de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218723560C1wEQ3sr5Yd29GQ7.pdf>.
- Villarreal, R. (2005). *The role of the department of defense embedded reporter program in future conflicts*. Acedido a 11 de abril de 2016 através de: <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a437679.pdf>.

APÊNDICES

Apêndice A – MILITARES PORTUGUESES PROJETADOS PARA O TO DO AFGANISTÃO

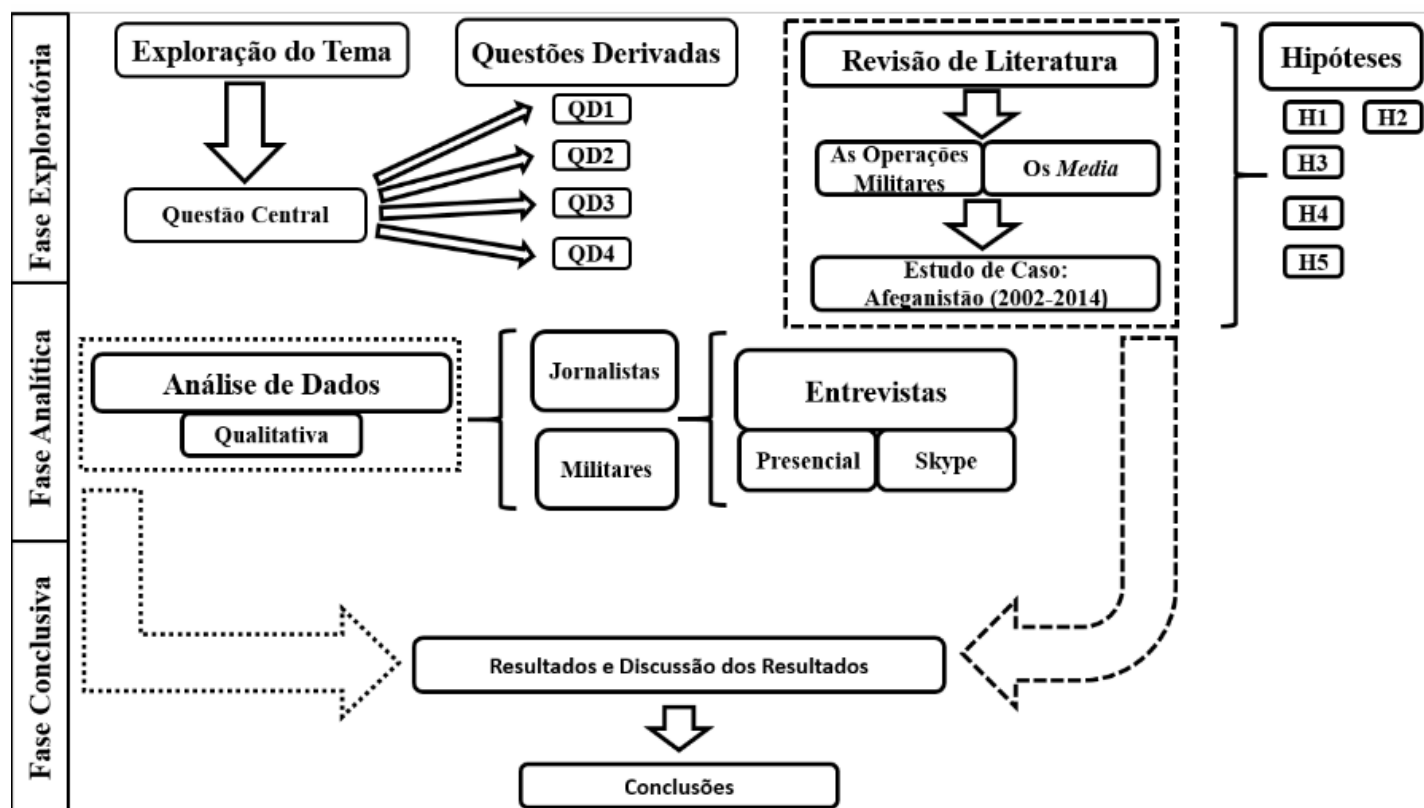
Figura n.º1 - Militares portugueses projetados para o TO Afeganistão

ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

ISAF			2010		
2002	DEST C-130	45	2010	QGCCAPITAL	2
	EQUIPA SAN	8		3ª OMLT DIVISÃO	17
2004	CONTR AÉREOS	3		5ª OMLT GUARN	11
	DEST C-130	18		5ª MODULO APOIO	56
	EQUIPA BOMB	5		DEST SAN ROLE 2E	15
2005	GR COMANDO KAIA	37		DEST SAN ROLE 2E CMDT	1
	2ª CCMS	157		QG ISAF	7
2006	1ª CCMS	157		QG NTM-A	3
	11ª CATPARA	157		QRF ISAF	148
2007	22ª CATPARA	156		QRF TACP	24
	2ª CCMS	157		OMLT DIV	17
2008	1ª CCMS	157		OMLT GUARN	11
	1ª OMLT GUARN	29		OMLT APOIO	112
	2ª OMLT GUARN	29		FORMADORES	30
	DEST C-130	40		CIM	4
	QG ISAF	4		QG ISAF	2
	QG RCCAPITAL	1		IJC	2
	1ª OMLT DIVISÃO	16		NTM-A	2
	2ª OMLT DIVISÃO	17		PILOTO F-16	1
	3ª OMLT GUARN	11		COMDT 2CONT	1
	3ª MODULO APOIO	56		OMLT DIV	17
	4ª OMLT GUARN	11		OMLT GUARN	11
	4ª MODULO APOIO	56		NTM A CJ4	12
	DEST C-130	41		METT CSS LOG SCHOOL	14
	DEST SAN ROLE 2E	30		KMTC	10
	DEST SAN ROLE 2E CMDT	1		KACTC	20
	DEST SAN ROLE 2E	30		NAMP - GNR	15
	DEST SAN ROLE 2E CMDT	1		CIM	4
	QG ISAF	5		MOD APOIO	115
	QG NTM-A	1		CMT FND 3ª CONT	1
	6ª OMLT APOIO			4ª OMLT DIVISÃO	17
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE			6ª OMLT GUARNIÇÃO	11
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	CENTRAL SUPPLY DEPOT				
	CIM				
	HQ IJC				
	HQ ISAF				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 4ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	KAIA APOD FORCE PROTECTION				
	AFGHAN NATIONAL POLICE TRAINING CENTER ANPTC				
	CMT FND 5ª CONT				
	CE: QG (ISAF, IJC, NTM-A, SOF)				
	CE: KAIA TRANSITION PLAN				
	CE: KAIA FP				
	AT CAP DIV				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				
	UNID APOIO/FORCE PROTETION				
	CIM				
	6ª OMLT APOIO				
	KMTC - SPECIALITY SKILLS BRIGADE				
	KMTC - CENTRAL ISSUE FACILITY				
	AFGHAN NATIONAL POLICE DISTRIBUTION CENTER				
	PeH STAFF ADVISER TEAM KAIA				

Apêndice B – MODELO DE ANÁLISE

Figura n.º2 – Modelo de Análise



Fonte: Adaptado de Sarmento (2013, p.11).

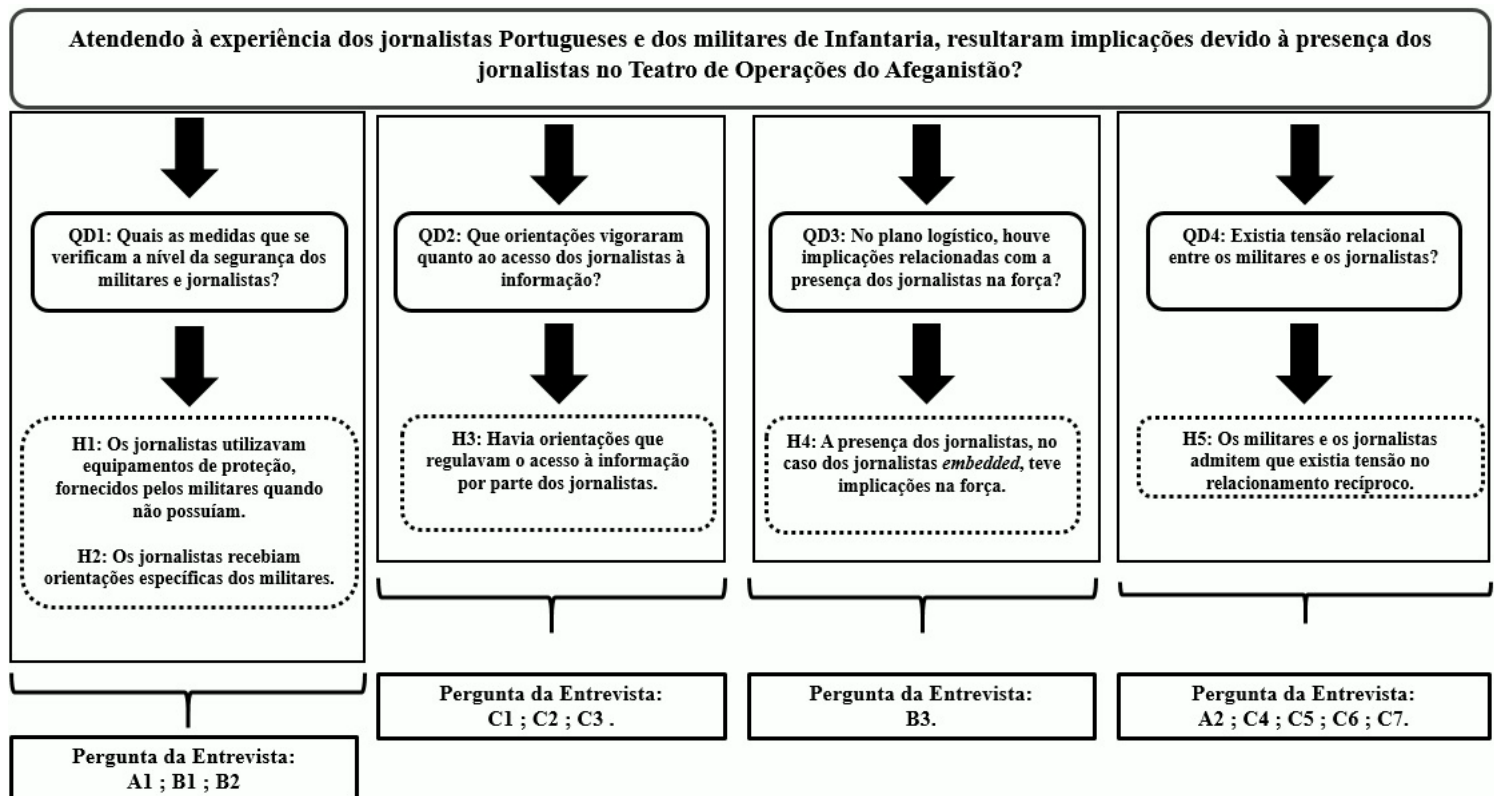
Apêndice C – CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA DAS ENTREVISTAS

Tabela nº16 - Codificação alfanumérica da entrevista aos Militares e Jornalistas

Codificação alfanumérica das entrevistas	
Questão A1	
“Na sua perspectiva, existem riscos associados à presença dos jornalistas no TO? Se sim, que tipo de riscos?”	
Segmento A1.1	Atentados e Emboscadas.
Segmento A1.2	Minas e IED.
Segmento A1.3	Veículos Armadilhados
Segmento A1.4	Atiradores furtivos.
Segmento A1.5	Falta de códigos e condutas militares.
Segmento A1.6	Combates e raptos.
Segmento A1.7	Riscos diversos para ambos.
Segmento A1.8	Sensacionalismo da comunicação social.
Segmento A1.9	Segurança física e Segurança das Informações.
Questão A2	
“E quanto a oportunidades? Existem? Que tipo de oportunidades?”	
Segmento A2.1	Oportunidade de acesso aos acontecimentos.
Segmento A2.2	Oportunidade de os militares demonstrarem o que estão a fazer.
Segmento A2.3	Oportunidade para as Forças Armadas revelarem o que é o Exército.
Segmento A2.4	Retratar de forma fiel o acontecimento.
Questão B1	
“Na conduta das operações, sentiu que foram adotadas medidas de segurança pelo fato de os jornalistas estarem a acompanhar a força (embedded). Se sim, quais?”	
Segmento B1.1	Equipamento: Capacete e colete.
Segmento B1.2	Segurança próxima garantida pelos militares.
Segmento B1.3	Explicar em que consistiam as operações (<i>briefings</i>).
Segmento B1.4	Autorização restrita para os jornalistas acompanharem a força.
Segmento B1.5	Indicações de táticas e procedimentos em situações específicas.
Questão B2	
“Em algum momento sentiu que a presença dos jornalistas prejudicou a sua atividade operacional? Se sim, por favor descreva a situação.”	
Segmento B2.1	Não.
Questão B3	
“A presença dos jornalistas acarreta necessidades ao nível logístico? Por favor descreva o que foi feito a esse nível.”	
Segmento B3.1	Sim, alimentação, dormida, equipamentos e cuidados médicos.
Segmento B3.2	Não foram necessidades consideradas relevantes para a força.
Questão C1	
“Foi estabelecido um acordo prévio sobre as condições de acesso/divulgação de informação de natureza sensível? Se sim, em que termos?”	
Segmento C1.1	Existiu acordo verbal.
Segmento C1.2	Não existiu.
Segmento C1.3	Existiu um acordo escrito.

Questão C2	
“Os jornalistas podiam movimentar-se livremente, entrevistar, captar imagens, etc.?”	
Segmento C2.1	Não.
Segmento C2.2	Sim, existia alguma liberdade.
Questão C3	
“Havia algumas restrições à atividade jornalística? Se sim, de que tipo de matérias?”	
Segmento C3.1	Sim. Matérias de importância militar.
Segmento C3.2	Sim. Matérias de natureza sensível – Feridos graves e mortos.
Questão C4	
“Em algum momento sentiu tensão na relação entre militares/jornalistas? Se sim, por favor descreva brevemente o que originou essa tensão.”	
Segmento C4.1	Sim, muitas vezes. Erros de semântica.
Segmento C4.2	Sim, devido ao acesso à notícia/acontecimento não autorizado.
Segmento C4.3	Sim, os militares não estavam preparados para receber os jornalistas.
Segmento C4.4	Não existiu nenhum problema.
Questão C5	
“Pensando agora em termos genéricos, diria que tendencialmente se verifica uma certa tensão nas relações entre militares e jornalistas?”	
Segmento C5.1	Existe uma forte desconfiança.
Segmento C5.2	Sim. Uma vez que ambos têm objetivos diferentes
Segmento C5.3	Não.
Segmento C5.4	Depende das circunstâncias.
Questão C6	
“Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa muito importante e 5 significa nada importante, como avalia a importância da presença dos jornalistas no TO do Afeganistão para o Exército?”	
Segmento C6.1	2.
Segmento C6.2	1.
Segmento C6.3	3.
Questão C7	
“Utilizando a mesma escala (1 muito importante, 5 nada importante) como avalia a importância da presença dos jornalistas para a informação pública sobre temas da Defesa?”	
Segmento C7.1	5.
Segmento C7.2	1.
Segmento C7.3	3.
Segmento C7.4	4.
Segmento C7.5	2.

Apêndice D – MODELO BASE DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS



Apêndice E – GUIÃO DE ENTREVISTA

<p>Cabeçalho:</p> <p><i>Titulo:</i> As Operações Militares e os <i>Media</i> – O Teatro de Operações do Afeganistão</p> <p><i>Autor/Entrevistador:</i> Aspirante de Infantaria Ricardo Jorge Alves Teixeira</p>
<p>Apresentação da Investigação:</p> <p>No âmbito do Mestrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, estamos a realizar um Trabalho de Investigação subordinado ao tema “As Operações Militares e os <i>Media</i>”, tendo como objetivo analisar as implicações que resultaram da presença dos jornalistas no Teatro de Operações do Afeganistão. Nesta fase, estamos a recolher informação através de entrevistas dirigidas aos Senhores Oficiais e Jornalistas que estiveram presentes no TO do Afeganistão entre o período de 2002 a 2014</p> <p>Assim, solicitamos a V. Ex.^a que nos conceda uma entrevista, que demorará cerca de 25 a 30 minutos, pois o Seu contributo é muito importante para que possamos atinjam os objetivos propostos na investigação que estamos a realizar, dada a sua experiência sobre a temática.</p> <p>Para facilitar a recolha e o tratamento da informação, gostaríamos de gravar a entrevista. Tem alguma objeção quanto à gravação da entrevista?</p> <p>Todas as informações que nos facultar, bem como o suporte áudio da entrevista são para a utilização exclusiva da investigação e, em conformidade com os preceitos éticos, será assegurado o anonimato do entrevistado em todas as circunstâncias.</p> <p>Antes de começarmos a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida acerca do trabalho e sobre a entrevista.</p>
<p>Dados de Registo (reservados ao entrevistador)</p> <p>N.º de entrevista</p> <p>Local:</p> <p>Data:</p>

Guião de Perguntas:

Começarei por lhe pedir alguns elementos de caracterização sobre a altura em que esteve no TO do Afeganistão:

1. Em que período esteve no TO?
2. Em que local/locais esteve?
3. Qual era o seu posto?
4. Qual era o seu cargo/função?
5. Durante a sua permanência no TO, teve contacto direto com os jornalistas portugueses?
6. Os jornalistas portugueses com quem contactou durante a sua permanência no TO estavam embedded?

A. Sobre a experiência pessoal de contacto com os jornalistas:

1. Na sua perspetiva, existem riscos associados à presença dos jornalistas no TO? Se sim, que tipo de riscos?
2. E quanto a oportunidades? Existem? Que tipo de oportunidades?

B. Passaremos agora a questões de natureza mais prática:

1. Na condução das operações, quais as medidas de segurança adotadas pelo fato dos jornalistas estarem presentes a acompanhar a força (embedded). Se sim, quais?
2. Em algum momento sentiu que a presença dos jornalistas prejudicou a atividade operacional? Se sim, por favor descreva a situação.
3. A presença dos jornalistas acarreta necessidades ao nível logístico? Por favor, descreva o que foi feito a esse nível.

C. Sobre o acesso à informação em contexto operacional:

1. Foi estabelecido um acordo prévio sobre as condições de acesso/divulgação de informação de natureza sensível? Se sim, em que termos?
2. Os jornalistas podiam movimentar-se livremente, entrevistar, captar imagens, etc.?
3. Havia algumas restrições à atividade jornalística? Se sim, de que tipo de matérias?
4. Em algum momento sentiu tensão na relação entre militares/jornalistas? Se sim, por favor descreva brevemente o que originou essa tensão.
5. Pensando agora em termos genéricos, diria que tendencialmente se verifica uma certa tensão nas relações entre militares e jornalistas?
6. Numa escala de 1 a 5, em que 1 significa muito importante e 5 significa nada importante, como avalia a importância da presença dos jornalistas no TO do Afeganistão para o Exército?
7. Utilizando a mesma escala (1 muito importante, 5 nada importante), como avalia a importância da presença dos jornalistas para a informação pública sobre temas da Defesa?

Terminámos a nossa entrevista. Agradecendo a Sua colaboração, fico grato caso queira acrescentar algo que considere relevante e não tenha sido abordado por mim.

Grato pela colaboração e disponibilidade.
Atenciosamente,

Ricardo Jorge Alves Teixeira
Aspirante de Infantaria

Apêndice F – ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS RESPOSTAS

Tabela n.º17 - Análise de conteúdo da questão A1

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • “Atentados junto aos controlos de estrada.” • “Minas, IED.” • “Veículos armadilhados.” • “Atiradores furtivos.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.1 • A1.2 • A1.3 • A1.4
J2	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, claramente. Os jornalistas são para os militares um desassossego. São jornalistas, não são militares, não agem como militares, agem como jornalistas, não têm códigos nem normas militares, têm códigos e normas jornalísticas.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.5
J3	<ul style="list-style-type: none"> • “Tinha havido vários atentados em Cabul em vários sítios, e isso era um enorme risco que eu corria.” • “Naquela situação, havia muitos riscos diferentes, havia o risco das minas.” • “Havia também o risco dos combates, dos raptos, eram muitos riscos diferentes.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.1 • A1.2 • A1.6
J4	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, para todos. O que acontece ao militar pode acontecer ao jornalista, o risco é igual para ambos.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.7.
J5	<ul style="list-style-type: none"> • “Claro que existem riscos, inerentes a uma situação que não é uma situação normal e os riscos são para ambos os lados, porque, se não fosse uma zona perigosa, não estavam lá os militares portugueses; eles estão ali porque são precisos, porque a situação não está pacificada.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.7.
M1	<ul style="list-style-type: none"> • “Se existem riscos, existem. A nossa comunicação social é uma comunicação social que, à semelhança daquilo que é a nossa sociedade, não está, digamos, preparada para aquilo que são assuntos de natureza militar e assuntos relacionados com operações militares, isto é tudo na base do sensacionalismo, o que é um enorme risco.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.8
M2	<ul style="list-style-type: none"> • “Riscos existem sempre. Nós não nos podemos esquecer de que os jornalistas não são combatentes e, como não são combatentes, é um fator acrescido em termos de preocupação do comando da força relativamente à sua segurança e esse é o principal fator.” • “Quando tenho um jornalista <i>embedded</i>, eu tenho duas preocupações fundamentais: a segurança física e a segurança das informações.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.7 • A1.9
M3	<ul style="list-style-type: none"> • “Ser vítima accidental, isto é de estar no local errado à hora errada. Mas isso é, de certa forma, transversal a toda a gente.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.7.
M4	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, como é óbvio. Devido às características do TO, a ameaça era eminente e constante. O risco era exatamente o mesmo a que a força estava sujeita.” • “Emboscadas e flagelações.” • “IED.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A1.7. • A1.1 • A1.2

Tabela n.º18 - Análise de conteúdo da questão A2

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • “Só com meios militares é que nós conseguimos progredir até zonas sensíveis; senão, andamos sempre na periferia das coisas.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.1
J2	<ul style="list-style-type: none"> • “Oportunidades para os militares demonstrarem o que estão a fazer e a importância, por vezes vital, da sua presença.” • “Para os jornalistas, porque lhes dá oportunidade ao acontecimento e dá-lhes a capacidade de estarem lá onde as coisas acontecem e poderem transmiti-las.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.2 • A2.1
J3	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu tive a oportunidade de estar onde decorriam os acontecimentos e de poder transmiti-los.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.1
J4	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu tive oportunidade de fazer trabalhos que acho que foram bons com os militares portugueses.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.1
J5	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu acho que a opinião pública portuguesa deve conhecer o trabalho que os militares portugueses fazem nas missões, onde estão fundamentalmente quando são missões com níveis de risco mias elevados.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.2
M1	<ul style="list-style-type: none"> • “A oportunidade de nós mostrarmos aquilo que fazemos e fazemos muito e bem; é, efetivamente, uma oportunidade que deve ter-se tido em linha de conta.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.2
M2	<ul style="list-style-type: none"> • “Os jornalistas portugueses foram importantes para dar a conhecer às pessoas o que é que as suas Forças Armadas estão a fazer, nomeadamente quando hoje em dia sabemos que as pessoas pagam os seus impostos e os seus impostos são um sobrecarga financeira para os cidadãos; e eles são importantes para os cidadãos saberem que o seu dinheiro está a ser empregue na aplicação das suas Forças Armadas de um forma credível, bem preparada e em apoio do esforço da comunidade internacional.” • “Existem também a oportunidade para as Força Armadas revelarem inter pares o que é que o Exército está a fazer e depois a divulgação daquilo que é a missão da NATO.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.2 • A2.3
M3	<ul style="list-style-type: none"> • ”Mais-valia a retratar de forma fiel a atividade, o conflito.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.4
M4	<ul style="list-style-type: none"> • “Nos dávamos a conhecer o nosso trabalho, o que fazíamos à população portuguesa.” 	<ul style="list-style-type: none"> • A2.2

Tabela n.º19 - Análise de conteúdo da questão B1

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • “Sempre. Por exemplo, quando nós íamos em patrulhas urbanas, apeadas, nós andávamos sempre com a devida proteção (capacete, coletes à prova de bala, fornecidos pelos militares) e seguimos os procedimentos que nos é descrito.” • “No caso das patrulhas urbanas, ia um repórter por viatura no máximo e íamos com os equipamentos todos deles e havia sempre um deles que tomava conta de nós, sempre, tomava conta no sentido físico, uma segurança próxima.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1 • B1.2
J2	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, claramente. É preciso dar equipamento.” • “Explicar como são as operações, o que se pode dizer e o que não se pode dizer o que pode transmitir e o que não pode transmitir.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1 • B1.3
J3	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, recordo-me de que me foi fornecido colete e capacete por parte dos militares.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1
J4	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu recordo-me, por exemplo, que, quando estive com os militares portugueses no Afeganistão, eu só podia sair do jipe HMMWV quando o perímetro de segurança estava estabelecido. Os militares portugueses têm essa excessiva preocupação de proteger os jornalistas.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.2
J5	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, eles forneceram equipamento, colete e capacete, eles tinham sempre imenso cuidado connosco. Estávamos sempre muito bem protegidos, dentro do possível, éramos integrados nas viaturas, era obrigatório o uso capacete e colete fornecido pela força.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1
M1	<ul style="list-style-type: none"> • “As questões relacionadas com medidas de segurança passaram mais pelo fornecimento de equipamento.” • “Quando, à partida, se via que poderia ser mais danoso em termos da sua integridade física, não havia qualquer tipo de autorização para que ele acompanhasse.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1 • B1.4
M2	<ul style="list-style-type: none"> • “Fornecimento do equipamento e não de armamento, ou seja, apenas o equipamento, o colete e o capacete.” • “Demos também indicação de táticas e procedimentos sobre fogo, táticas e procedimentos em caso de uma emboscada, táticas e procedimentos em caso de deslocamento, isso é uma situação.” • “Temos elementos destacados dentro da força que, para além de terem de cumprir a sua missão porque os recursos são sempre escassos e toda a gente tem as suas funções, tem que estar cumulativamente para além das suas tarefas, tem ainda mais a tarefa de garantir a segurança ao elemento que está com a força, que é o jornalista como poderia ser outra pessoa qualquer.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1 • B1.5 • B1.2
M3	<ul style="list-style-type: none"> • “Os jornalistas faziam-se transportar com o equipamento deles, equipamento individual de proteção: colete e capacete, que eles dispunham. Estavam devidamente identificados.” • “Foram sempre acompanhados por um oficial e foram sensibilizados para a viabilidade de poderem filmar dentro de áreas classificadas.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.1 • B1.2
M4	<ul style="list-style-type: none"> • “Maior atenção ao planeamento, assistiam sempre aos <i>briefings</i>.” • “Dávamos também planos de contingências aos jornalistas.” • “Era garantida também uma segurança próxima, alguém da patrulha tinha a responsabilidade de garantir a segurança deles.” • “Fornecíamos também colete e capacete quando não possuíam.” 	<ul style="list-style-type: none"> • B1.3 • B1.5 • B1.2 • B1.1

Tabela n.º20 - Análise de conteúdo da questão B2

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	• “Nunca.”	• B2.1
J2	• “Não. Senti que, em alguns momentos, causei incómodos que rapidamente foram ultrapassados.”	• B2.1
J3	• “Não.”	• B2.1
J4	• “Não, a atividade operacional não.”	• B2.1
J5	• “Não, eu não senti e acho que se eles sentissem tinham-me dito.”	• B2.1
M1	• “Não prejudicou pela postura que nós tínhamos.”	• B2.1
M2	• “Não, em nenhum momento. Tive que ter atenção a pormenores, tive que ter atenção à questão da segurança dos jornalistas.”	• B2.1
M3	• “Não. A equipa que lá estava tinha experiência em operações e sabia perfeitamente como se podia comportar.”	• B2.1
M4	• “Não.”	• B2.1

Tabela n.º21 - Análise de conteúdo da questão B3

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	• “Sempre. A mesma que um militar, alimentação, dormida, equipamentos, cuidados médicos, foi sempre tudo por conta das unidades militares; a única coisa que eu não tinha, como era lógico, era armas.”	• B3.1
J2	• “Sim, sim, porque tem de levar mais um fardamento, tem que ter mais rações de combate, tem que ter mais não só as preocupações como também as necessidades materiais.”	• B3.1
J3	• “Não, não. Porque eu limitei-me a almoçar uma vez com eles na base.”	• B3.2
J4	• “No caso do Afeganistão, nós aproveitámos uma caminha para dormir; basicamente, era um quarto que estava vago. Para lá fomos num C-130 da Força Aérea e estive um mês. Não me parece que isso seja nada de relevante.”	• B3.2
J5	• “Claro, éramos mais duas pessoas a dormir, a comer a transportar, a ter capacetes e coletes disponíveis e pronto, obviamente que era um extra logístico.”	• B3.1
M1	• “Em termos de transportes e em termos de alojamento, mas os problemas logísticos não são esses que nos devem preocupar quando fazemos a análise de se enviar para o teatro um jornalista ou não; os problemas logísticos são de menor importância numa análise desta natureza.”	• B3.2
M2	• “Não. Tirando a questão do colete e do capacete a mais, não houve quase nada. Ao nível em que nós trabalhamos, uma ou duas pessoas <i>embedded</i> , não apresentam grandes problemas.”	• B3.2
M3	• “Não, não. O fato de mobilizarmos um gabinete é um empenhamento de um recurso que tínhamos, estava disponível, mas não teve nenhum impacto relevante. As preocupações de alimentação também não eram relevantes.”	• B3.2
M4	• “Considero que não foi algo significativo. Dou o exemplo de alguns nos pedirem para carregar as baterias dos equipamentos. Mas não é algo considerável.”	• B3.2

Tabela n.º22 - Análise de conteúdo da questão C1

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • " Fizemos um acordo verbal." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1
J2	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, foi. Normalmente é, o jornalista <i>embedded</i> está restringido e limitado em várias formas normais de informar." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1
J3	<ul style="list-style-type: none"> • "Não, nada, nada. Eu conversei com eles, nem me recordo que algum me tenha dito 'Não escreva'." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.2
J4	<ul style="list-style-type: none"> • "Com o Exército houve umas conversas, mas como nós não íamos ficar propriamente <i>embedded</i>, foi uma conversa mais informal, digamos assim, acho que em território nacional. Mas o Exército também percebeu que já estava a lidar com pessoas com alguma experiência." • "Com a GNR recordo-me que isso foi bem preparado, houve um acordo, nós até assinámos um documento." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1 • C1.3
J5	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, foi. Lá no Afeganistão, fizemos um acordo." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1
M1	<ul style="list-style-type: none"> • "Não. Tudo aquilo que era informação de natureza sensível não tinham acesso. Poderá eventualmente ter sido feito ao nível do Gabinete do CEMGFA." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.2
M2	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, foi. Foi, porque o acesso à informação de natureza sensível ia ocorrer naturalmente e a divulgação do resultado desse acesso é que tinha de ser muito bem negociada." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1
M3	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, houve efetivamente um acordo, que não foi assinado, foi um acordo verbal e que foi escrupulosamente cumprido por parte da equipa de jornalistas." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.1
M4	<ul style="list-style-type: none"> • "Não. Mas, de qualquer forma, os jornalistas mais experientes tinham o cuidado de respeitar a natureza sensível da informação; os menos experientes por vezes não compreendiam a confidencialidade dos assuntos e questionavam." 	<ul style="list-style-type: none"> • C1.2

Tabela n.º23 - Análise de conteúdo da questão C2

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • “Não.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.1
J2	<ul style="list-style-type: none"> • ”Não, livremente não.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.1
J3	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu gravava som e tirava fotografias e escrevia.” • “Mas quer dizer eu lembro-me de que em todos os <i>checkpoints</i> e barreiras militares, controlos de segurança, nesse tipo de sítios não podíamos tirar fotografias.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2 • C2.1
J4	<ul style="list-style-type: none"> • ”Havia alguma liberdade, dentro de parâmetros que existiam.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2
J5	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, podíamos.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2
M1	<ul style="list-style-type: none"> • “ Uma coisa é dentro do quartel; como é lógico, ele podia-se movimentar para aquilo que não eram áreas classificadas. Em áreas comuns, áreas de lazer, a indicação que me foi dada era para ele se poder movimentar livremente. • “Em termos de fora do quartel, em termos de atuação, não, até por uma questão de integridade dele e da força.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2 • C2.1
M2	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, existem restrições que têm a ver com a segurança: com a segurança do próprio jornalista e com a segurança da equipa que estava a ser filmada.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.1
M3	<ul style="list-style-type: none"> • “Esta equipa era sempre acompanhada por um oficial da força. Naturalmente, não era acompanhada 24 horas por dia, eles tinham a sua mobilidade; sempre que pretendiam ir recolher imagens, falavam com o oficial e, se achássemos necessário, eram acompanhados pelo oficial para garantir que realmente a presença deles em alguns locais estava autorizada.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2
M4	<ul style="list-style-type: none"> • ”Podiam. Contudo, era sempre tida em consideração a classificação de segurança dos locais.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C2.2

Tabela n.º24 - Análise de conteúdo da questão C3

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> “Quanto menos eu souber sobre o valor militar das unidades onde eu estou integrado, melhor até para mim, e concordo que existam restrições nesse âmbito. Para a minha função, eu não preciso de saber que tipo de recursos e armamento é que a unidade tem, não preciso de saber nada disso.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.1
J2	<ul style="list-style-type: none"> “Soldados mortos ou feridos desmoraliza.” “Instalações militares que possam ser consideradas sensíveis também não podem ser captadas.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2 C3.1
J3	<ul style="list-style-type: none"> ”Sim. Não podíamos fotografar unidades militares, identificar os militares que entrevistávamos.” “Não podíamos também fotografar mortos ou feridos graves.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.1 C3.2
J4	<ul style="list-style-type: none"> ”Sim, fundamentalmente matérias de natureza sensível, mortos e feridos graves.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2
J5	<ul style="list-style-type: none"> “Sim, matérias de natureza sensível.” “Matérias de importância militar, localização das forças, identidade dos militares com quem contactei, com quem falei e entrevistei.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2 C3.1
M1	<ul style="list-style-type: none"> ”Sim, sobre matérias de natureza sensível, fundamentalmente.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2
M2	<ul style="list-style-type: none"> “Se existirem feridos, baixas para não serem filmadas diretamente.” “Na conduta operacional que não fosse divulgada nenhuma conduta naquilo que era o esquema de manobra que a força tinha se houvesse qualquer coisa de mais sensibilidade.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2 C3.1
M3	<ul style="list-style-type: none"> ”Fundamentalmente nas matérias de valor militar, as matérias classificadas. De resto, não houve restrições da nossa parte, mas houve um código de conduta da parte deles, perfeitamente exemplar.” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.1
M4	<ul style="list-style-type: none"> ”Sim, relativamente a matérias de natureza sensível.” “Restrições exteriores à FND (NATO, ANSF).” 	<ul style="list-style-type: none"> C3.2 C3.1

Tabela n.º25 - Análise de conteúdo da questão C4

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • “Montes de vezes. Foram quase sempre por erros de semântica, situações que não tinham ficado devidamente esclarecidas, de os jornalistas quererem esticar a corda, por um lado; e, por outro lado, os militares esperarem que os jornalistas cumprissem determinado tipo de procedimentos que não tinham sido clarificados à partida e depois isso cria um elemento de tensão.” • “O acesso à notícia, à informação era fundamentalmente o foco da tensão e era porque não há um trabalho prévio recíproco de ganho de confiança, de explicar as regras do jogo, o porquê e o como tem de ser muito bem clarificado.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.1 • C4.2
J2	<ul style="list-style-type: none"> • “Olha, várias vezes. Dou-te um exemplo em que os jornalistas e os militares se encontraram e os militares não estava preparados para receber os jornalistas; e aquilo que os jornalistas pretendiam dos militares, os militares não podiam proporcionar aos jornalistas e gerou-se aí um momento de tensão.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.3
J3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não com os portugueses, com os portugueses não houve nenhuma situação de tensão.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
J4	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, eu nunca tive assim nenhum problema.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
J5	<ul style="list-style-type: none"> • “Entre mim e os militares portugueses não senti isso. Tensão não.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
M1	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, não. Nem sequer se pôe chegarmos a um ponto dessa natureza.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
M2	<ul style="list-style-type: none"> • “Em nenhum momento, não houve nenhum momento, nenhum. Existiram sempre as melhores relações com os jornalistas.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
M3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, antes pelo contrário, na minha experiência. Ainda hoje é frequente haver contactos entre nós, a força que esteve no teatro, e a equipa de jornalistas que nos esteve a acompanhar.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.4
M4	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, em situações de filmagem concretas em que os jornalistas queriam filmar e não podiam.” 	<ul style="list-style-type: none"> • C4.2

Tabela n.º26 - Análise de conteúdo da questão C5

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	<ul style="list-style-type: none"> • "Tensão não sei, que existe é uma desconfiança enorme." • "Essa é a base de quase tudo, e da tensão que se possa verificar, todos os problemas que acontecem são fruto também das diferentes missões." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.1 • C5.2
J2	<ul style="list-style-type: none"> • "Não, eu acho que os militares, ao longo dos tempos, têm vindo a aprender como lidar com os jornalistas. Quando digo ao longo dos últimos tempos, estou a dizer nos últimos dez anos; finalmente, os militares deixaram de encarar os jornalistas como inimigos e passaram a encará-los como aliados." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.3
J3	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, quer dizer, eu falo com base na minha experiência. Sim, sem dúvida, porque, repare, os objetivos são completamente diferentes; aquilo que cada parte está a tentar fazer no terreno é completamente diferente, como é óbvio." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.2
J4	<ul style="list-style-type: none"> • "Eu acho que não, na minha opinião não." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.3
J5	<ul style="list-style-type: none"> • "Depende das circunstâncias. Depende do teatro, do conflito, depende dos momentos. Se existe um momento de alta tensão, os militares não têm tempo nem querem ver jornalistas ali, têm mais que fazer. É importante, nesta situação, o grau de ameaça." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.4
M1	<ul style="list-style-type: none"> • "Num contexto global, se perguntas se entre os militares e os jornalistas existe tensão, ou situações potenciais de tensão, não." • "Aquilo que existe, e isso é notório, é desconfiança. A palavra tensão não existe; existe, sim, a desconfiança, até porque face aos factos que constatamos." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.2 • C5.1
M2	<ul style="list-style-type: none"> • "Eu considero que não, não existe tensão. Nós já falámos: condição principal planeamento, condição secundária confiança, condição seguinte treino." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.3
M3	<ul style="list-style-type: none"> • "Sim, verifica. Existem profissionais de jornalismo que deixam muito a dever. E depois temos também os objetivos, que são naturalmente diferentes." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.2
M4	<ul style="list-style-type: none"> • "Não, temos excelentes profissionais que conhecem o meio militar, que vivem com meio militar, e a relação é muito boa; há uma relação que se estabelece e que é benéfica para ambas as partes." 	<ul style="list-style-type: none"> • C5.3

Tabela n.º27 - Análise de conteúdo da questão C6

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	• “2.”	• C6.1
J2	• “Importante. 2.”	• C6.1
J3	• “É Muito Importante. 1.”	• C6.2
J4	• “Eu acho que é muito importante, 1. Sobretudo quando estiveram lá contingentes com mais efetivos.”	• C6.2
J5	• “2. Eu acho que é importante.”	• C6.1
M1	• “Face à tipologia de comunicação que temos, a importância de jornalistas no teatro do Afeganistão é muito relativa e, para não ser muito cáustico, diria 3.”	• C6.3
M2	• “1, eu diria, se para baixo ainda é mais importante -5. É muito importante nós, militares, temos de ter a ideia de que o papel dos <i>media</i> é um papel fundamental na nossa sociedade.”	• C6.2
M3	• “1, muito importante. Os jornalistas são importantes a acompanharem e deslocarem-se aos teatros, fundamentalmente para que a sociedade portuguesa veja <i>in loco</i> qual é o trabalho que os militares desenvolvem em proveito dos objetivos definidos pela tutela, portanto definidos pela nação, pelo país.”	• C6.2
M4	• “1 – Muito Importante. Mas devem sempre cumprir as regras e os procedimentos.”	• C6.2

Tabela n.º28 - Análise de conteúdo da questão C7

Entrevistado	Ideias principais	Segmentos
J1	• “Diria para aí um 5, porque aquilo que acontece é que as questões da Defesa os jornalistas nunca as vão reproduzir, não vão mesmo, até porque não as compreendem.”	• C7.1
J2	• “1. É fundamental que os militares incorporem os jornalistas para que eles possam ter proximidade ao acontecimento e possam ser mais rigorosos na forma como noticiam.”	• C7.2
J3	• “1. Muito Importante.”	• C7.2
J4	• “Volto às dificuldades financeiras das empresas, as necessidades de reduzir custos, faz com que seja cada vez mais difícil ter pessoas especializadas em determinadas áreas e a área da defesa é uma das áreas em que é preciso alguma especialização. Atribuo 3.	• C7.3
J5	• “1, muito importante, porque eu acho que a população tem um <i>deficit</i> de conhecimento sobre os temas da defesa; por isso, não os compreende bem.”	• C7.2
M1	• “Face ao que efetivamente tem sido o passado recente, eu daria um 4.”	• C7.4
M2	• “Da mesma forma, 1. Embora nós tenhamos poucos jornalistas preparados para a questão.”	• C7.2
M3	• “Nos assuntos da Defesa, considero que é importante e dou um 2.”	• C7.5
M4	• “1- Muito Importante. Uma vez que podem dar a conhecer onde é que as forças portuguesas realizam operações e onde é gasto o honorário público.”	• C7.2

ANEXOS

Anexo A – MODELO DE VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES**Tabela 1: Verificação das hipóteses.**

Valor da variável	Hipótese
$x=100\%$	Totalmente verificada
$80\% \leq x < 100\%$	Verificada
$50\% \leq x < 80\%$	Parcialmente verificada
$0\% \leq x < 50\%$	Não verificada
$x=0\%$	Totalmente não verificada

Fonte: Sarmiento (2013, p.15).

Anexo B – COMPARAÇÃO DA MISSÃO E OBJETIVOS MILITARES E DA IMPRENSA

Figura n.º3 – Comparação da missão e objetivos dos militares e da imprensa

Comparison of Press and Military Missions and Goals	
Press	Military
Mission	
Reporting	Protection and defense
Mission-Related Goals	
Uphold obligations to the public Achieve profits	Achieve operational success Maintain operational security
Organizational Attributes	
Horizontal/competitive Reflexive Reactive Professional	Hierarchical/cooperative Reflexive Reactive and Proactive Professional
Goals for News Coverage	
Gain access to newsworthy information Provide newsworthy information to the public Fulfill obligations to the public Build market share Maintain quality of news Objectivity (tell both sides of the story) Accuracy Credibility	Do not allow news coverage to compromise operational security Fulfill legal obligations regarding press access Use news coverage to support military mission Obtain good public relations Build credibility Support information operations

Fonte: Adaptado de Paul e Kim (2004 p.27).

Anexo C – CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA

CÓDIGO DEONTOLÓGICO DO JORNALISTA

Aprovado em 4 de maio de 1993, em assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas

1. O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.
2. O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.
3. O jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos.
4. O jornalista deve utilizar meios leais para obter informações, imagens ou documentos e proibir-se de abusar da boa-fé de quem quer que seja. A identificação como jornalista é a regra e outros processos só podem justificar-se por razões de incontestável interesse público.
5. O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais, assim como promover a pronta retificação das informações que se revelem inexata ou falsas. O jornalista deve também recusar atos que violentem a sua consciência.
6. O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes. O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas. As opiniões devem ser sempre atribuídas.
7. O jornalista deve salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado. O jornalista não deve identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade, assim como deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor.
8. O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credos, nacionalidade ou sexo.
9. O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos exceto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende. O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.
10. O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse.

Fonte: <http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/CodigoDeontologicoJornalista.pdf>.

Anexo D – CONFIANÇA ENTRE OS MILITARES E OS MEDIA

Figura n.º4 – Confiança entre os militares e os media

How much confidence do you have in...	Group	A great deal	Only some	Hardly any
The U.S. Supreme Court	Military	78	22	1
	Press	59	40	1
Major educational institutions such as colleges and universities	Military	41	54	5
	Press	43	54	4
The Executive Branch of government	Military	16	67	17
	Press	8	78	15
Television news	Military	4	50	46
	Press	4	68	28
The military	Military	89	11	0
	Press	38	57	6
Newspapers	Military	12	71	18
	Press	44	52	3
Insurance companies	Military	10	62	28
	Press	6	56	39
Congress	Military	7	54	40
	Press	2	66	32
Major companies	Military	22	71	7
	Press	13	73	15
Medicine	Military	42	54	4
	Press	35	58	6
The CIA	Military	18	66	15
	Press	1	57	42
Wall Street	Military	14	68	18
	Press	10	60	30

Fonte: Aukofer e Lawrence (1995, p.178).

Anexo E – CÓDIGO DE SEGURANÇA DE JORNALISTAS EM ZONAS DE CONFLITO E TENSÃO

1. A preservação da vida e da segurança é soberana. É necessário mentalizar tanto o pessoal permanente como o pessoal independente que é inaceitável e desaconselhado correr riscos inúteis no exercício de uma tarefa. Exortam-se as novas organizações a preferirem a segurança às vantagens competitivas.
2. Os destacamentos para zonas de guerra e outras regiões perigosas devem ser voluntários e envolver apenas repórteres experientes e seus assistentes. Não deverá repercutir-se na carreira qualquer recusa de um destacamento perigoso. Os editores na base ou os jornalistas no terreno podem decidir pôr termo a um destacamento perigoso após consulta mútua pertinente.
3. Todos os jornalistas e pessoal noticioso deverão receber uma formação adequada sobre o ambiente hostil e ser sensibilizados para os riscos incorridos, antes de ser destacados para uma zona perigosa. Exortam-se os empregadores a tornarem esta exigência obrigatória.
4. Antes de ser destacados, os jornalistas devem ser plenamente informados pelos seus empregadores sobre as condições políticas, físicas e sociais prevalentes na região onde devem trabalhar e estar a par das regras internacionais em matéria de conflitos armados estabelecidas pela Convenção de Genebra, bem como de outros documentos essenciais da legislação humanitária.
5. Os empregadores devem fornecer equipamento de segurança eficaz e garantias médicas e de segurança adequadas ao perigo incorrido a todo o pessoal permanente e independente destacado para zonas perigosas.
6. Todos os jornalistas devem beneficiar de um seguro pessoal enquanto estiverem de serviço em zonas hostis, incluindo cobertura contra ferimentos e morte. Não deverá haver qualquer discriminação entre o pessoal permanente e o pessoal independente.
7. Os empregadores devem proporcionar uma consulta confidencial aos jornalistas empenhados na cobertura de eventos envolvendo perigo. Devem formar pessoas capazes de reconhecer o stress pós-traumático e fornecer às famílias dos jornalistas destacados em zonas perigosas um aconselhamento pontual sobre a segurança dos seus entes queridos.
8. Os jornalistas são observadores neutros. Os membros da comunicação social não devem transportar armas de fogo no exercício da sua profissão.
9. Exortam-se os governos e as forças militares e de segurança a respeitarem a segurança dos jornalistas nas suas respetivas zonas de operação, quer estes acompanhem ou não as suas tropas. Não devem restringir desnecessariamente a liberdade de movimento nem comprometer o direito dos repórteres noticiosos a obter e divulgar informações.
10. As forças de segurança nunca devem perturbar, intimidar ou atacar fisicamente os jornalistas que exerçam honestamente a sua profissão. (International News Safety Institute) (Tomé, 2006)

Fonte: Dias cit Tomé (2015, p.AnxA-1).

Anexo F – LINHAS DE OREINTAÇÃO NO RELACIONAMENTO COM OS MEDIA

Figura n.º5 – Linhas de orientação no relacionamento com os media

Fonte: Artigo: O Exército e a Imprensa, Um caso de estudo – disponível em:
<http://www.operacional.pt/exercito-versus-imprensa-um-caso-de-estudo/>.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO NAS RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS)

1. O Público Português tem o direito de conhecer as actividades e operações das Forças Armadas Portuguesas. O público recebe a grande maioria dessa informação através dos OCS e por isso, é do vosso interesse falar com os OCS tão abertamente quanto possível, desde que autorizados superiormente.
2. Cada membro do Exército Português é um potencial porta-voz acerca das suas próprias responsabilidades.
3. Falar abertamente com os OCS não significa que se possa divulgar informação classificada. Antes de responder a uma questão, pergunte a si próprio o seguinte:
 - » Sou o porta-voz adequado para responder a este assunto/questão? Caso a resposta seja negativa, procurar a pessoa adequada para tal e apresentar-lhe o repórter;
 - » É informação classificada? Caso a resposta seja afirmativa, deve-se dizer ao repórter que a resposta por ele pretendida é informação classificada;
 - » É informação precisa? Por outras palavras, estará a minha informação correcta? Não tentar adivinhar, não inventar, nem repetir rumores ou boatos;
 - » É informação adequada ou apropriada? Poderão existir assuntos ou temas desapropriados, como por exemplo a descrição detalhada de acidentes envolvendo baixas;
 - » Está de acordo com a nossa política de Informação Pública e NEP?
4. Ser honesto e não mentir aos repórteres. Se não souber responder ou se não estiver habilitado a responder, seja por que razão for, dizer ao repórter porquê. Não ser evasivo.
5. Não especular, nem comentar questões hipotéticas do tipo "E se...?".
6. Usar de ética, não tentar iludir o repórter e não reter informação só pelo simples facto de ele não ter feito a pergunta acertada.
7. Ser educado; Se estiver ocupado ou for incapaz de responder ao repórter, dizê-lo e, se possível, encaminhar o repórter para o Oficial de Informação Pública ou para o superior hierárquico.
8. A maioria dos repórteres gosta de saber aquilo que você está a fazer, qual é o seu trabalho e qual é a sua opinião pessoal acerca da missão. Não deve hesitar em falar sobre o seu trabalho e experiências pessoais. Evitar expressar opiniões em questões do foro político, pelo simples facto de que esse não é o nosso trabalho.
9. Poderá ser inquirido para comentar decisões, ordens ou directivas dos seus superiores hierárquicos. Convém lembrar que, a nossa missão é cumprir essas ordens ou directivas e não a de as comentar. Será mais adequado que o repórter faça tais perguntas ao superior hierárquico que emitiu essas ordens ou directivas.
10. Quaisquer comentários feitos a um repórter são "on the record". Se não se quiser que uma declaração seja divulgada pelos OCS, então simplesmente, não se deve fazer. Deve-se partir do princípio que os repórteres estão sempre em serviço e que o seu equipamento está sempre a gravar.
11. Se acidentalmente cometer o erro e prestar aos repórteres informação incorrecta, classificada ou desadequada, deve-se dizer-lhes. Não se deve hesitar em pedir a um repórter para não usar essa informação; em caso de dúvida, dar conhecimento desse facto ao seu superior hierárquico e ao Oficial de Informação Pública.
12. Você não tem autoridade para mexer em qualquer tipo de equipamento dos OCS, seja por que razão for. Se um repórter, acidentalmente, gravar ou filmar algo que se possa caracterizar como sendo informação sensível, poder-se-à tentar fazê-lo perceber tal facto, com o intuito de o levar a cooperar, mas não se tem autoridade legal para o obrigar seja ao que for. Se ocorrer um incidente deste tipo, deverá informar a sua cadeia de comando.
13. Antes de responder a uma questão, deve-se assegurar que percebeu aquilo que é perguntado.
14. Evitar calão militar, lembrando-se sempre que está a falar para o público e não para outro militar. Evitar respostas do tipo "Sem comentário" ou "Sim-Não".
15. Antes da gravação duma entrevista vídeo, perguntar ao repórter para onde se deve olhar. Normalmente deve-se tentar ignorar a câmara vídeo e falar para o repórter.
16. Você não tem o direito de censurar informação. Isto significa também que não se deve pedir para ver uma reportagem antes dela ser divulgada.
17. Lembrar-se que a maioria dos repórteres Portugueses não se encontram familiarizados com operações militares. Não partir do princípio de que eles compreendem na íntegra aquilo que lhes estamos a dizer.
18. Não boicotar os OCS na sequência duma reportagem desfavorável.
19. Lembrar que cada visita de OCS é uma oportunidade para transmitir ao nosso país imagens sobre a missão que estamos a executar. Cada soldado tem um importante papel a desempenhar na transmissão de mensagens para o público.
20. Lembrar-se que seja o que for que se diga a um repórter, poderá ser televisionado em qualquer parte do mundo. Evitar comentários sobre a população local ou sobre os beligerantes, pela razão que tal atitude poderá comprometer a missão.
21. Não comentar rumores ou boatos. Estar ciente de que se poderá ser abordado pelos OCS nos tempos livres, tal como em situações de convívio social em messes, no sentido da obtenção de informações. Todas as regras permanecem efectivas, quer em situações desse género, quer em situação de licença.
22. Não hesitar em contactar o Oficial de Informação Pública ou o Comandante da sua unidade, sempre que necessite de conselhos ou auxílio para responder a questões colocadas pelos OCS.